



Universidade Federal de Goiás
Instituto de Matemática e Estatística
Programa de Mestrado Profissional em
Matemática em Rede Nacional



**A Matemática na Educação Inclusiva para DI's:
Concepções e Divergências entre as Políticas da Inclusão e a
Realidade Escolar**

Daianne Naier da Silva

Goiânia
2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

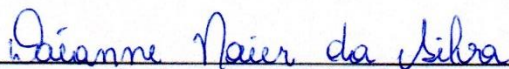
Nome completo do autor: Daianne Naier da Silva

Título do trabalho: A Matemática na Educação Inclusiva para DI's: Concepções e Divergências entre as Políticas da Inclusão e a Realidade Escolar

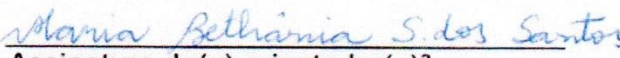
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 27 / 10 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

Daianne Naier da Silva

**A Matemática na Educação Inclusiva para DI's:
Concepções e Divergências entre as Políticas da Inclusão e a
Realidade Escolar**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Matemática.

Área de concentração: Educação Matemática

Orientadora: Profa. Dra. Maria Bethânia Sardeiro dos Santos

Goiânia

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Naier da Silva, Daianne

A Matemática na Educação Inclusiva para DI's: Concepções e Divergências entre as Políticas da Inclusão e a Realidade Escolar [manuscrito] / Daianne Naier da Silva. - 2019.

88 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Maria Bethânia Sardeiro dos Santos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Matemática e Estatística (IME), PROFMAT - Programa de Pós graduação em Matemática em Rede Nacional - Sociedade Brasileira de Matemática (RG), Goiânia, 2019.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui gráfico, lista de figuras.

1. Educação Inclusiva. 2. Inclusão. 3. Deficiência Intelectual. 4. Matemática Inclusiva. I. Sardeiro dos Santos, Maria Bethânia, orient. II. Título.

CDU 51:37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 08 da sessão de Defesa de Dissertação de Daianne Naier da Silva, que confere o título de Mestre em matemática.

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, a partir das 8 hora, no auditório do IME/UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**A matemática na educação inclusiva para DI’s: concepções e divergências entre as políticas da inclusão e a realidade escolar**”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Maria Bethania Sardeiro dos Santos (IME-UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Lidiane dos Santos Monteiro Lima (IME-UFG), membro titular externo; Professor Doutor Flávio Raimundo de Souza (IFG). Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Maria Bethania Sardeiro dos Santos, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos oito dias do mês de outubro de dois mil e dezenove.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Dos Santos Monteiro Lima, Vice-Coordenador**, em 08/10/2019, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Bethania Sardeiro Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 08/10/2019, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO RAIMUNDO DE SOUZA, Usuário Externo**, em 25/10/2019, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0915338** e o código CRC **657B20BE**.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Daianne Naier da Silva

Licenciada em Matemática pela UEG (Universidade Estadual de Goiás) e Especialista em Educação Matemática pela UniEvangélica. Professora da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, atuando no Ensino Médio desde 2006.

Ao meu anjo da guarda, que não permitiu que eu desistisse do meu sonho. Que acreditou em mim mais do que qualquer pessoa neste mundo, mais do que eu mesma. Á minha mãezinha, Jaci Rosa. Que esteve sempre ao meu lado durante esta jornada chamada PROFMAT e que abraçou este sonho como se fosse dela, vibrando a cada obstáculo vencido. Vejo o orgulho estampado em seu rosto, isso me alegra e me faz ter certeza de que todo esforço foi válido. Á senhora mamãe serei eternamente grata.

Agradecimentos

A Deus sempre em primeiro lugar na minha vida, meu eterno agradecimento por demonstrar seu grande amor por mim me fortalecendo e amparando nos momentos em que eu fraquejei e me mostrando que esteve e sempre estará ao meu lado quando eu precisar.

Aos meus amados pais Antônio e Jaci por serem meu alicerce, por terem me apoiado em toda a minha vida escolar com incentivos diários e com muito amor, carinho, cuidado e dedicação me fizeram quem eu sou hoje. São meus maiores exemplos e as pessoas a quem eu devo toda gratidão.

Às minhas irmãs Leidianne e Thácylla que sempre acreditaram que eu conseguiria chegar até aqui e me deram força em momentos de fraqueza e desânimo. Por demonstrarem em vários momentos o orgulho que sentem das minhas conquistas. Por elas eu tenho um amor incondicional.

Ao bem mais precioso que eu possuo na vida, meu filho Antônio Augusto. Um menino lindo, inteligente, esperto e muito amigo. Por ter sido paciente nas minhas ausências, por ter aguentado uma mãe exausta, muitas vezes nervosa e ainda assim com sua inocência e ternura esteve comigo. Ele não mensura o tamanho do meu amor por ele e que ele é meu incentivo diário para tentar me tornar uma pessoa e uma mãe melhor a cada dia.

Ao meu amor Ueder Ferraz que Deus colocou na minha vida em um momento que eu não esperava, nesta fase turbulenta e ainda assim decidiu ficar. Agradeço por ter aguentado a minha falta de tempo, por ter tido paciência e não ter desistido de nós.

A todos os amigos que conquistei durante esses dois anos, em especial ao Paulo Henrique, Lorena, Ilga e Duciclea que se tornaram mais que amigos, hoje são irmãos que levarei comigo para toda a vida. Ao Paulo Henrique em particular gostaria de agradecer por toda a parceria e ajuda durante essa trajetória tão importante para nós.

A todos os professores que com dedicação dividiram seu conhecimento conosco. Em especial agradeço à minha professora e orientadora Dra. Maria Bethânia por ter me acolhido de braços abertos, por toda a paciência com meus erros, por apoiar e abraçar a causa do meu tema de pesquisa. A empatia que eu tanto cito no decorrer do trabalho ela teve comigo.

*“Confia no Senhor e ele satisfará os desejos do teu coração.
Entrega teu caminho ao Senhor, confia nele e o mais ele fará.”*

(Salmos 37: 4 e 5)

da Silva, Daianne Naier . Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual/Matemática. Goiânia, 2019. 85p. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Matemática e Estatística, Universidade Federal de Goiás.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo direcionado ao ensino da Matemática na Educação Inclusiva com foco nos alunos que possuem deficiência intelectual, com o intuito de compreender como tem acontecido esse processo de ensino-aprendizagem nas salas de aula inclusivas (especialmente nas aulas de Matemática) das escolas regulares, bem como o conhecimento e comportamento de professores regentes e de apoio no âmbito da educação especial. Todo esse estudo foi realizado por meio de levantamento de dados referentes a como a inclusão vem avançando (ou não) desde a sua implantação até os dias atuais, utilizando como fonte documentos que legalizam e orientam o trabalho de todos os profissionais que atuam na Educação Inclusiva no Brasil e no Estado de Goiás, enfatizando principalmente o papel dos professores nesse processo. O trabalho de pesquisa utiliza como metodologia investigativa a abordagem qualitativa e como ferramentas para esta investigação a análise documental (das leis, decretos e orientações à inclusão hoje), uso de questionários (para professores de apoio e regentes) e um estudo de caso (de uma professora de apoio) baseado em uma entrevista feita com a mesma. Encontra-se no trabalho também informações relevantes sobre a deficiência intelectual no que se refere às suas causas, diagnóstico e tratamento e apontamentos dos pesquisadores, conjuntamente aos nossos referenciais teóricos para demonstrar a possibilidade de construção de uma Matemática Inclusiva para alunos com deficiência intelectual. Por fim, o trabalho traz uma reflexão sobre as observações feitas pelos professores envolvidos na pesquisa no que se refere à Educação Inclusiva em sua teoria e o que acontece na prática.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Inclusão; Deficiência Intelectual; Matemática Inclusiva.

da Silva, Daianne Naier. Inclusive Education and Intellectual / Mathematical Disability. Goiania, 2019. 85p. Completion of course work. Institute of Mathematics and Statistics, Federal University of Goiás.

Abstract

The main objective of this work was to conduct a study directed to the teaching of mathematics in inclusive education focusing on students with intellectual disabilities, in order to understand how this teaching-learning process has happened in inclusive classrooms (especially in the classroom). mathematics) of mainstream schools, as well as the knowledge and behavior of leading and supporting teachers in special education. This whole study was conducted by collecting data on how inclusion has been advancing (or not) since its implementation to the present day, using as source documents that legalize and guide the work of all professionals working in inclusive education. in Brazil and the State of Goiás, emphasizing mainly the role of teachers in this process. The research work uses as qualitative approach the investigative methodology and as tools for this investigation the documental analysis (of the laws, decrees and guidelines for the inclusion today), use of questionnaires (for support teachers and conductors) and a case study (of a support teacher) based on an interview with her. Relevant information on intellectual disability is also found in the work regarding its causes, diagnosis and treatment and researchers' notes, together with our theoretical references to demonstrate the possibility of building an inclusive mathematics for students with intellectual disabilities. Finally, the paper reflects on the observations made by the teachers involved in the research regarding inclusive education in their theory and what happens in practice.

Keywords: Inclusive Education; Inclusion; Intellectual disability; Inclusive Mathematics.

Sumário

Lista de Figuras.....	13
Apresentação dos Capítulos.....	14
1. Apresentação.....	16
2. Onde Tudo Começou, Primeiras Angústias. Inclusão: Para Quem?.....	19
3. Por que Discutir a Inclusão?.....	22
4. Pesquisa em Educação: Metodologia e Coleta de Dados.....	26
4.1 O Professor Pesquisador.....	26
4.2 A Análise Documental.....	27
4.3 O Professor Observador.....	29
4.4 O Uso de Questionário em Pesquisas na Educação.....	30
5. Fundamentos Históricos, Legais e Políticos da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	32
5.1 Aspectos Gerais.....	32
5.2 A Inclusão no Brasil.....	35
5.3 A Educação Inclusiva no Estado de Goiás e o Professor de Apoio.....	38
6. Contribuição de Autores Contemporâneos a Educação Inclusiva.....	42
7. A Deficiência Intelectual (DI).....	47
7.1 Conceito: O que é?.....	47
7.2 Diagnóstico/Como Proceder?.....	49
8. CEITA: Escola Campo das Observações Iniciais.....	51

9. Estudo de Caso: Uma Experiência de Sucesso.....	53
10. Sobre os Resultados da Pesquisa/Questionários.....	60
10.1 Avaliação do Questionário Aplicado aos Professores Regentes.....	61
10.2 Avaliação do Questionário Aplicado aos Professores de Apoio.....	67
11. Considerações Finais.....	74
Referências Bibliográficas.....	76
Apêndices.....	78
Apêndice 1: Questionário aos Professores Regentes.....	78
Apêndice 2: Questionário aos Professores de Apoio à Inclusão.....	83
Anexo: Ilustração Final.....	88

Lista de Figuras

Figura 1: Esquema Representativo do Avanço da Inclusão.....	34
Figura 2: Gráfico Referente à questão 4.....	62
Figura 3: Gráfico Referente à Questão 6.....	62
Figura 4: Gráfico Referente à Questão 7.....	63
Figura 5: Gráfico Referente à Questão 9.....	63
Figura 6: Gráfico referente à Questão 10.....	64
Figura 7: Gráfico Referente à Questão 12.....	64
Figura 8: Gráfico Referente à Questão 13.....	64
Figura 9: Gráfico Referente à Questão 14.....	65
Figura 10: Gráfico Referente à Questão 17.....	65
Figura 11: Gráfico Referente à Questão 1.....	68
Figura 12: Gráfico Referente à Questão 2.....	68
Figura 13: Gráfico Referente à Questão 3.....	69
Figura 14: Gráfico Referente à Questão 4.....	69
Figura 15: Gráfico Referente à Questão 7.....	70
Figura 16: Gráfico Referente à Questão 8.....	70
Figura 17: Gráfico Referente à Questão 9.....	70
Figura 18: Gráfico Referente à Questão 20.....	71
Figura 19: Gráfico Referente à Questão 19.....	72

Apresentação dos Capítulos

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em 11 capítulos, que estão distribuídos da seguinte forma:

Capítulo 1: Capítulo introdutório faz um apanhado sobre a Educação Especial no Brasil hoje e traz alguns elementos contidos no decorrer do trabalho.

Capítulo 2: Relata as primeiras inquietações e dilemas que culminaram na motivação para pensar e refletir sobre o tema.

Capítulo 3: Justifica a importância de se repensar a inclusão e aponta os objetivos principais para a realização da pesquisa.

Capítulo 4: Esclarece acerca da metodologia utilizada na pesquisa e oferece informações sobre os conceitos de cada elemento.

Capítulo 5: Possui informações sobre a inclusão no que se refere às suas leis, diretrizes e orientações norteadoras no âmbito nacional e estadual, bem como um pouco do processo histórico da Educação Inclusiva.

Capítulo 6: Este capítulo traz importantes considerações de autores contemporâneos sobre a Educação Inclusiva, fundamentando a importância da reflexão a respeito da inclusão escolar.

Capítulo 7: Refere-se a informações sobre a deficiência intelectual: conceito, causas, diagnóstico e tratamento. E ainda sobre como lidar com esta deficiência no ambiente escolar.

Capítulo 8: Relaciona aspectos relativos ao Colégio Estadual de Itapuranga (CEITA), campo da parte observacional e do estudo de caso contidos no trabalho. Traz um pouco de como a escola trabalha a Educação Inclusiva e o que contém sobre ela no seu PPP.

Capítulo 9: Este capítulo descreve um estudo de caso realizado com uma professora de apoio do CEITA, uma experiência de sucesso e exemplo de profissional que acredita na Educação Inclusiva.

Capítulo 10: Aborda o resultado dos questionários aplicados aos professores regentes e de apoio, através da análise de questões que mais contribuíram para fundamentar a problemática inicial da pesquisa.

Capítulo 11: Estabelece os aspectos principais de todo o trabalho, os resultados e as contribuições do mesmo sobre a discussão acerca da Educação Inclusiva.

1. Apresentação

É visto que a discussão a favor da Educação Inclusiva em nosso país vem crescendo significativamente amparada pelo ideal da Educação para todos. A introdução de pessoas com deficiência nas escolas regulares foi caracterizada primeiramente pela exclusão, depois pela segregação, passando pela fase de integração, seguida da fase da inclusão nas últimas décadas do século XX. Nesse contexto, pensar em Educação Inclusiva é refletir sobre uma escola que ofereça acesso e permanência para todos os alunos, visando o fim das barreiras para a aprendizagem. Para o ambiente tornar-se inclusivo, é necessário oferecer uma estrutura adequada como as adaptações curriculares, metodologias e demais meios que possam favorecer o processo de inclusão.

Neste sentido, este trabalho propõe uma discussão acerca dos desafios e possibilidades da construção do conhecimento matemático por alunos com diagnóstico de Deficiência Intelectual, por meio da elaboração de um retrato da inclusão no Brasil hoje.

É fato que a escola assume neste processo um papel primordial, que vai além do compromisso com a aprendizagem dos estudantes, assumindo também a responsabilidade na promoção do desenvolvimento de sua capacidade intelectual. Principalmente no que se refere aos alunos com deficiência – particularmente intelectual –, considerando que o foco, na escola, é a aprendizagem.

Deste modo, agrupar alunos com deficiência intelectual com outros de idade cronológica inferior ou com o “mesmo nível de desenvolvimento”, ou aplicar a eles atividades paralelas “mais simples”, ou, ainda, reduzir o tempo de permanência em sala de aula, sob o discurso de que não são capazes de acompanhar o restante do grupo, é exatamente o oposto do que deveria ser feito, pois o verdadeiro sentido da inclusão escolar é tratar com igualdade a todos. Assim, segundo Mantoan: “Se o que pretendemos é uma escola inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças (2006, p. 16).”

A infantilização e a subestimação da pessoa com deficiência intelectual podem ser as principais barreiras a sua inclusão e agindo assim não só lhes negamos um direito que é

legítimo e assegurado – o acesso à educação –, como também a oportunidade de transformar e expandir seus horizontes e possibilidades através do desenvolvimento de sua capacidade intelectual e cognitiva. Por fim, repensar a forma com que a Educação Inclusiva tem sido conduzida na realidade escolar hoje, no que se refere a todas às esferas de pessoas envolvidas, torna-se uma eficaz ferramenta para esclarecer pontos um tanto quanto contraditórios e obscuros nesse processo, tais como o real papel do professor de apoio junto a esses alunos.

Diante de toda essa problemática, o presente trabalho traz como proposta um estudo direcionado à realidade da inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual, estudo este feito através da leitura crítica e questionamento de toda a parte documental que legaliza a inclusão hoje, de questionários aplicados a professores regentes e professores de apoio à inclusão com o intuito de obter informações sólidas de como tem acontecido o processo de ensino-aprendizagem de alunos especiais, em especial os deficientes intelectuais, matriculados em salas regulares, bem como dos outros alunos da sala.

O trabalho traz também informações relevantes sobre a Deficiência Intelectual, bem como a definição científica, as causas e conseqüências dessa condição com o intuito de melhor compreender o comportamento dos indivíduos afetados por ela e assim saber lidar com eles.

Foi realizado um estudo de caso de uma professora de apoio à inclusão, servidora na Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás e modulada no Colégio Estadual de Itapuranga, como forma de enriquecer o trabalho mostrando uma experiência extremamente positiva e reafirmando o papel fundamental do trabalho desses professores para o sucesso de um aluno com deficiência intelectual.

Sobre a revisão de bibliografias no banco de dissertações do PROFMAT, dos 4746 trabalhos registrados desde o início do programa até a data da consulta (22/09/2019) sobre diversos assuntos, não foi encontrado nenhum trabalho relacionado ao tema em questão, o que mostra a grande necessidade de se pensar e discutir a Educação Inclusiva hoje, a fim de que se tenham profissionais críticos e que saibam refletirem suas práticas frente a um aluno com deficiência intelectual. Já na BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), foram encontrados vários trabalhos relacionados à inclusão e Educação Inclusiva, porém apenas 79 publicações referentes ao ensino da Matemática para alunos com deficiência

intelectual (1978 a 2018), o que reflete ainda mais a necessidade de pesquisas e discussões acerca do assunto.

2. Como Tudo Começou e Primeiras Angústias. Inclusão: para quem?

A pessoa com deficiência e necessidades especiais é aquela que apresenta em caráter temporário ou permanente, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrente de fatores inatos ou adquiridos, que acarretam dificuldades de aprendizagem ou/e em sua interação com o meio social, necessitando por isso, de recursos especializados para desenvolver seu potencial e superar ou minimizar suas dificuldades. Não é exagero afirmar que, o deficiente foi e ainda continua sendo uma camada excluída perante a sociedade, que em muitos casos ele mesmo se isola por vergonha, baixa estima, sentimento de inferioridade, o que gera mais problemas como agressividade e depressão. O fato é que a sociedade ainda não conseguiu alcançar a tão falada e discutida inclusão, pelo simples fato de que o ser humano ainda não compreendeu e aceitou que as diferenças é que nos torna únicos.

Neste sentido, ser um professor que realmente está disposto a fazer esta inclusão acontecer na sala de aula e no ambiente escolar vai muito mais além do que receber um aluno com necessidades educacionais em uma sala comum! Está em implantar na sua prática formas menos excludentes e mais solidárias.

A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas. (MANTOAN, 2006 p.9).

Minha experiência com a inclusão começou há cerca de 7 anos atrás quando eu fui pela primeira vez professora de Matemática em uma turma com um aluno especial. Confesso que na época minha postura foi de indiferença, era para mim mais um aluno inquieto, indisciplinado e com grandes dificuldades de aprendizagem. E assim foram vários, uns acompanhados de professores de apoio e outros não. Quando o aluno tinha um professor de apoio, a responsabilidade sobre o aluno era do tal professor e quando não tinha o aluno especial passava de uma série para outra tendo ou não avançado no aspecto cognitivo. O que mais se ouvia era “se o aluno especial não alcançou a média, complete a nota porque ele não pode reprovar”.

No ano de 2018, em uma turma de primeiro ano do Ensino médio no Colégio Estadual de Itapuranga matricula-se um aluno X com baixa visão. O aluno aparentemente não

tinha deficiência alguma e por isso ninguém notou de início que ali havia algo de errado, já que era tranquilo e participativo durante as aulas. Porém certo dia, após uma aula expositiva e com indicativo de exercícios do livro para a turma, o aluno me pediu que eu fosse até a sua carteira para que eu explicasse a ele tudo o que eu tinha feito no quadro, pois, ele não conseguia enxergar nada do que eu havia escrito já que tinha um “problema” de visão. Nesta hora, eu sentei ao seu lado e antes de ajudá-lo nos exercícios pedi que me explicasse sobre esse problema que ele disse ter. O aluno disse apenas que era um problema congênito, que não era solucionado com uso de óculos ou lentes, que talvez uma cirurgia resolvesse e talvez não. Questionei se ele nas outras escolas por onde passou foi acompanhado por professores de apoio, ele respondeu que não. Resolvi então aguardar e procurar orientação da coordenação pedagógica da escola. Minha surpresa foi que, ao explicar para o aluno X o mesmo conteúdo que tinha exposto no quadro para toda a sala, percebi que o aluno não possuía dificuldades, pelo contrário, seu raciocínio lógico-matemático era rápido e sua assimilação dos conteúdos também, a questão era que ele precisava que alguém passasse o conteúdo para ele (principalmente os que envolvem cálculos) de forma individual, escrevendo em seu caderno com letras grandes para que ele conseguisse enxergar.

Então, procurei à coordenação pedagógica que se dispôs a contatar a família do aluno e se inteirar do problema. O responsável pelo aluno foi até a escola e relatou que havia desistido de procurar ajuda ao filho, pois a resposta era sempre a mesma, que seu filho não tinha direito a um professor de apoio, pois pela jurisdição a baixa visão por mais severa que seja sozinha, não dá direito a apoio. Foi neste exato momento que comecei a refletir sobre a Educação Inclusiva nos moldes em que ela tem acontecido nas escolas regulares hoje. Indagações como: “Porque, se está claro que o aluno com BV (baixa visão) precisa de ajuda, por ele não ser DI(deficiente intelectual) não a tem?”; “O que difere este aluno de outro dito especial se ambos possuem necessidades educacionais especiais?”, “Que inclusão é esta que insere esse aluno na sala de aula, mas não oferece o suporte que o mesmo necessita?”.

A situação desse aluno pode até ser mais “simples” do que de muitos outros alunos com deficiência, porém não é menos importante. E foi a partir desse aluno X que eu como professora de muitos outros alunos especiais comecei a questionar se a educação especial é de fato para todos? Inclusão para quem? Por quem? Ela existe, ou faz parte de um discurso hipócrita? Estão estes alunos sendo incluídos ou apenas inseridos no meio escolar? O nosso fazer docente realmente inclui esses alunos ou somos meros transmissores de um conhecimento sistematizado e engessado?

Mas estamos, verdadeiramente, certos de que o nosso papel é esse mesmo: o de transmissores de um saber fechado e fragmentado, em tempos e disciplinas escolares que nos aprisionam nas grades curriculares? Seríamos tão reduzidos a meros instrutores, que conduzem e norteiam a capacidade de conhecer de nossos alunos, transformando-os em seres passivos e acomodados a aprender o que definimos como verdade? Já nos consultamos sobre o nosso maior compromisso educacional, seja no nosso íntimo, seja no coletivo de nossas escolas, em nossas organizações corporativas? (MANTOAN, 2006 p. 9)

E assim, o dilema da inclusão foi a princípio o que me inquietou, me fazendo repensar na minha prática, me motivando a pensar nesta pesquisa com o intuito de compreender e buscar respostas para muitas dessas indagações.

3. Por que Discutir a Inclusão?

A inclusão escolar deve ser realizada por e para todos os membros da escola, sem classificações discriminatórias, proposta de forma humanitária, desenvolvendo potencialidades, com foco no que cada um sabe, deseja e objetiva. Assim, a escola é inclusiva quando conseguir transformar não apenas a rede física, mas, a postura, as atitudes e as mentalidades dos educadores e da comunidade escolar em geral para aprender a lidar com o heterogêneo e conviver naturalmente com as diferenças.

Incluir na escola é oferecer condições para que todos participem das atividades propostas na classe comum, mediante o que for possível ser feito, entretanto, ainda se pode observar a dificuldade encontrada pela escola de modo geral, e principalmente dos professores das classes comuns do ensino regular e professores de apoio à inclusão, ao desenvolver uma prática inclusiva principalmente em disciplinas específicas como a Matemática. Pois, “ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis” (MANTOAN, 2006, p. 54).

No entender de Mantoan (2006), a inclusão requer uma mudança na perspectiva educacional, pois deve atingir a todos os alunos, e não somente os alunos com deficiência ou os que apresentam dificuldades de aprendizagem. Cada aluno possui a sua especificidade, pois possui diferenças individuais decorrentes da sua vivência. Assim, se a inclusão de todos os estudantes na rede regular de ensino está amparada em lei, é dever da escola desenvolver ações para que todos os estudantes sejam incluídos no mesmo processo educacional formal, de modo que suas diferenças, interesses, necessidades e potencialidades sejam consideradas.

Caminhando na construção de um sistema educacional e profissional inclusivo, o Brasil adota o paradigma da inclusão, transformando as políticas e as práticas em atitudes concretas para assegurar o pleno acesso à educação e ao mercado de trabalho, de forma que todas as pessoas com deficiência possam estar em uma sala de aula e estar aprendendo a fim de poder participar efetivamente do mercado de trabalho e assim, se tornar cidadãos conscientes de seu potencial.

Pode-se dizer que a inclusão permite aos educadores reverem sua formação, seus referenciais teórico-metodológicos, os encorajando a enfrentar a diversidade, exigindo a transformação da cultura pedagógica a fim de promover o desenvolvimento das potencialidades e a valorização das diferenças dos alunos envolvidos no processo educativo. Por isso, é necessário encarar o desafio de lutar por uma sociedade e uma escola melhor para todos. Ressalta-se que aquele aluno que interage positivamente com os outros e com o docente apresenta melhores resultados.

O movimento de inclusão desencadeou importantes discussões sobre a qualidade do ensino oferecida, não só para os deficientes, mas para todos os alunos. É importante que as práticas propiciem o desenvolvimento cognitivo de todos, fazendo com que os alunos não desenvolvam baixas expectativas em relação a sua aprendizagem, não se sentindo excluídos do contexto social e escolar.

O aluno com deficiência intelectual possui inúmeros fatores que prejudicam seu processo ensino-aprendizagem, estes vão desde a aceitação, até a dificuldade para realizar tarefas que para os demais são fáceis, a dificuldade de articular o pensamento e ação, a lentidão para realizar tarefas, a necessidade do apoio visual, a incapacidade de permanecer muito tempo na mesma atividade e, talvez, o mais agravante, a baixa auto-estima.

Então, para o deficiente intelectual ter sucesso em seu processo ensino-aprendizagem ele deve ser estimulado, aceito, tratado com igualdade, tendo o professor como mediador de suas aprendizagens, pois, apesar de levar mais tempo para aprender é capaz de adquirir habilidades intelectuais e sociais. Portanto, a escola deve estar preparada para receber este aluno, estimulá-lo, buscando desenvolver suas inúmeras competências e habilidades. A valorização das diferenças e o respeito à diversidade trazem conseqüências positivas para todos, pois desta forma a escola está assumindo o compromisso com a transformação social, cultural e pedagógica.

Está claro que a inclusão enfrenta barreiras e tem um longo caminho a percorrer, mas o importante é que a escola seja um local onde as diferenças enriqueçam o trabalho, onde os limites e possibilidades de cada um sejam respeitados e valorizados.

Neste sentido, faz-se necessário então, repensar no que diz respeito à inclusão real das pessoas com deficiência, qual o impedimento ou dificuldade quanto à presença ou permanência destes sujeitos na escola, no meio social, e principalmente no mercado de

trabalho, rever o papel dos professores, gestores e toda a comunidade escolar no processo de crescimento desses alunos.

Chega-se à necessidade de um estudo que discuta como esta construção do conhecimento matemático está ocorrendo nas turmas em que há alunos diagnosticados com Deficiência Intelectual de forma a mapear, como os professores estão direcionando o ensino da Matemática para situações do cotidiano e estabelecendo vínculo com a teoria, que recursos estão utilizando e neste sentido, provocar uma análise e reflexão a respeito das políticas de inclusão, levando em conta os paradigmas conceituais e princípios que vem sendo progressivamente defendidos em documentos nacionais e internacionais.

Assim, é necessário reconhecer que existem fatores que prejudicam o processo ensino-aprendizagem da criança com deficiência intelectual, enfatizando que o processo de inclusão ainda representa um desafio para toda comunidade escolar, bem como, visa possibilitar aos professores envolvidos uma melhor reflexão sobre sua importante tarefa no processo de construção do conhecimento. Sendo assim, os mesmos precisam se dispor a criar novas aprendizagens, aceitar este novo desafio, e, acima de tudo amar sua tarefa de educar e participar ativamente do processo de aprender a aprender.

Infelizmente, ainda estamos longe do real sentido da inclusão, seja por insuficiências de políticas públicas específicas de educação, seja por outros motivos, como pressões corporativas, falta de informação e acomodação. Provavelmente as poucas e recentes iniciativas públicas significativas tenham dado um novo fôlego às discussões acerca do processo inclusivo, remetendo-nos às práticas em sala de aula e as ações pedagógicas empreendidas nos espaços de ensino regular (PEREIRA NETO. P.33).

Neste sentido este trabalho de pesquisa teve como principal objetivo discutir as concepções sobre os desafios e as possibilidades da construção do conhecimento matemático por alunos com diagnóstico de Deficiência Intelectual, através de um retrato da inclusão no Brasil hoje, analisando documentos oficiais como leis, decretos e observando como este processo de ensino acontece na realidade das escolas. Ou seja, compreender o processo de ensino da Matemática realizado pelos professores regentes nas classes com alunos integrados e como lidam os professores de apoio a inclusão neste processo.

Objetiva também identificar as principais dificuldades encontradas pelos professores participantes da pesquisa no ensino da Matemática Inclusiva, no que diz respeito a flexibilizar conteúdos, metodologias e avaliação. Por fim, analisar as políticas públicas acerca da

educação inclusiva estabelecendo uma comparação com o que de fato acontece nas escolas e nas salas.

A escola prepara o futuro, e, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão (MANTOAN, 2006 p.61).

Enfim, discutir a inclusão nos moldes em que ela acontece hoje nos permite ao menos uma reflexão sobre como tem sido as práticas em sala, no que diz respeito a professores de apoio e regentes, como a comunidade escolar no geral se compromete ou não com esses alunos que merecem tanto comprometimento como todos os outros.

4. Pesquisa em Educação: Metodologia e Coleta de Dados

4.1 O Professor Pesquisador

Com base nos objetivos desta pesquisa, a proposta metodológica estabelecida para esta investigação foi a abordagem qualitativa:

A característica da pesquisa qualitativa com sua ênfase no envolvimento do pesquisador, na experiência de coletar dados de primeira mão, no uso de dados subjetivos e na descrição densa do conteúdo significa que o pesquisador é parte integral do estudo e, por definição parte integral do relato desse estudo (MOREIRA e CALEFFE, 2008 p.228).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (1996), no artigo 43, a educação superior deve incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica buscando desenvolver a ciência, a tecnologia, criação e difusão da cultura. Desse modo, desenvolver o entendimento do homem sobre o meio em que vive, promovendo a divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos que compõem o patrimônio da humanidade e desta forma comunicar o saber através do ensino, publicações ou outras formas de comunicação.

Na atual conjuntura da educação, busca-se um professor que possa reinventar o processo de ensino-aprendizagem, estando disposto a repensar e modificar sua prática pedagógica para, caso seja necessário, melhorá-la. Cabe ao professor estimular a curiosidade de seu aluno, deixando-o livre para aventurar-se no mundo do saber, respeitando sua autonomia e sua identidade, sendo tolerante com suas dificuldades e facilitando a superação das mesmas. Neste sentido, percebe-se a importância da formação de um professor reflexivo/pesquisador para formação de um profissional capaz de analisar sua própria prática e através desta análise aprimorar sua prática pedagógica no sentido de formar cada vez mais pessoas capazes de pensar, formar para o pensamento e não simplesmente para a recepção de informações. O professor que adota uma postura crítica frente aos conteúdos que pretende trabalhar com seus alunos está articulando seu currículo a favor da aprendizagem e não restringindo seu trabalho ao mero repasse de informações.

No entanto, a pesquisa realizada pelo professor a que nos referimos é a pesquisa que o professor pode conduzir no contexto da prática profissional imediata, com o objetivo de melhorar sua prática pedagógica, desenvolver novas estratégias de ensino e buscar soluções para os problemas que afetam a aprendizagem do aluno, ajudando os gestores da educação a entender melhor o contexto em que ocorrem o ensino e a aprendizagem (MOREIRA e CALEFFE, 2008, p.16-17).

Para Moreira e Caleffe (2008), “uma característica essencial da pesquisa é que ela deve objetivar o avanço do conhecimento, aqui entendido como a compreensão dos eventos e processos, (...) como também os métodos para se chegar a esse conhecimento”. Assim, o professor pesquisador é aquele que está em constante busca para, através da pesquisa, encontrar o caminho para criar uma nova postura frente ao grande desafio da busca pelo conhecimento é aquele que pesquisa ou que reflete sobre a sua prática, que pensa e que elabora em de acordo com essa prática. Ou seja, a pesquisa é o caminho através do qual o professor percorre a investigação, a argumentação, a dúvida, o questionamento e, conseqüentemente, o lugar onde ele encontrará importantes respostas.

De acordo com Ludke e André (1986, p.5):

O papel do pesquisador é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa. É pelo seu trabalho como pesquisador que o conhecimento específico do assunto vai crescer (...)

Assim, o professor que também é pesquisador em formação hoje, precisa ser desafiado a ensinar de uma maneira diferente daquela que lhe ensinaram. E a pesquisa é uma maneira eficiente de propor esse desafio. O professor pesquisador que se encontra imerso no contexto de uma pesquisa, cercado pela realidade de seus sujeitos e objetos, tem condições favoráveis para interpretar e construir novos conhecimentos a partir dos dados analisados. Com essas experiências o professor em formação pode enfrentar as variadas situações problemas de sala de aula, assumindo sua responsabilidade e participação, desenvolvendo espírito crítico e autônomo no seu percurso educacional e profissional.

4.2 A Análise Documental

De acordo com a proposta desta pesquisa, um dos métodos de coleta de dados escolhidos foi a pesquisa bibliográfica/análise documental, fazendo uso de livros, artigos em revistas, documentos oficiais e leis que tratam da inclusão no Brasil, pois além do referencial teórico dos documentos analisados, o campo de pesquisa permite ao pesquisador o contato direto e prolongado com a situação a ser investigada, bem como por possibilitar uma discussão abrangente dos dados coletados no campo de configuração do estudo. Assim, a

pesquisa é caracterizada como qualitativa por apresentar características desse tipo de estudo, conforme Lüdke e André (1986 p.11-13):

- Tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.
- Os dados coletados são predominantemente descritivos.
- A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.
- Os dados são analisados de forma indutiva.

O professor/pesquisador, ao longo do trabalho de campo, constroa a técnica aliada à reflexão sobre a prática, de forma processual, na busca de aproximar a pesquisa científica da vida diária do educador, tornando o conhecimento científico como um instrumento de enriquecimento do seu trabalho (LÜDKE e ANDRÉ, p. 2, 1986). Assim, no âmbito da abordagem qualitativa, diversos métodos são utilizados de forma a se aproximar da realidade social, sendo o método da pesquisa documental aquele que busca compreendê-la de forma indireta por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem.

Para Lüdke e André (1986), a análise documental, entendida como uma série de operações visa estudar e analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse. Esta análise é constituída pelas etapas de escolha e recolha dos documentos e de posterior análise. São estabelecidos procedimentos metodológicos a serem seguidos na análise que são: a caracterização de documento, a codificação, os registros, a categorização e a análise crítica. Segundo as autoras, são considerados documentos materiais escritos que possam ser utilizados como fonte de informação, como leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares.

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986). Ou seja, após o estudo realizado, no caso específico da abordagem por meio da análise de documentos, esclareceu-se que são fundamentais a compreensão, identificação e classificação dos tipos de documentos utilizados, bem como o cuidado com o processo de seleção e coleta de dados, de modo que possibilitem a veracidade em relação à realidade pesquisada.

4.3 O Professor Observador

Na pesquisa em Educação, a observação é um importante instrumento de coleta de dados. Porém, observar vai além da simples capacidade de olhar. Isto é, observar é mais do que simplesmente registrar através de uma percepção, observar é poder ver e compreender uma situação e tirar o máximo de informações possíveis de um fato ou de uma resposta dada por um sujeito de pesquisa. É preciso que se tenha em mente quais os objetivos, quais são as questões de pesquisa e o que se deseja observar naquele contexto determinado. Assim, segundo Lüdke e André (1986):

Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador (p.25).

Vale ressaltar que a “observação possibilita um contato pessoal estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.26). Isto é, a vantagem deste método é sua aproximação com o contexto de pesquisa, de maneira menos invasiva, por assim dizer, do que com uma entrevista ou um questionário. Pode ser um instrumento bastante válido também a ser utilizado antes de realizar entrevistas, pois, permite captar dados tanto do contexto quanto dos sujeitos observados que podem auxiliar na elaboração de questões significativas para suas entrevistas ou questionários.

Ainda segundo as autoras Marli André e Menga Lüdke, existem duas partes que compõe a observação: Parte Descritiva e Parte Reflexiva. Na Parte Descritiva, detalha-se o campo de observação, registrando: “Descrição dos sujeitos; Reconstrução de diálogos; Descrição de locais; Descrição de eventos especiais; Descrição das atividades e ainda Os comportamentos do observador” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.30-31). Já na Parte Reflexiva das anotações no diário, incluem-se as “Reflexões analíticas; Reflexões metodológicas; os Dilemas éticos e conflitos; as Mudanças na perspectiva do observador; bem como os Esclarecimentos necessários” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.31).

Quando o observador assume uma posição totalmente ativa, envolvendo-se com o fenômeno analisado caracteriza-se o tipo de observação participante, tendo em vista que o objeto de investigação/observação e o assunto a ser discutido estão totalmente inseridos no nosso contexto de trabalho e vivência. Para Moreira e Caleffe (2008) “a observação

participante proporciona a melhor maneira de obter uma imagem válida da realidade social”. (p.204)

Assim, o professor pesquisador que é também um observador participante na maioria das vezes, se apropria deste modo de observar, pois através do contato direto com a situação observada obtém informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Ou seja, a importância dessa técnica está no fato de ser possível captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, a veracidade das informações obtidas fica bem mais clara no processo.

4.4 O Uso de Questionário em Pesquisas na Educação

Geralmente empregados em pesquisas com abordagem qualitativa, os questionários são usados para coletar dados primários capazes de identificar os problemas da pesquisa que possam ajudar a formular estruturas conceituais. Isso quer dizer que, esse tipo de pesquisa não se preocupa em buscar evidências que comprovem hipóteses previamente definidas, e sim, em formular teorias a partir da análise dos dados coletados. Lüdke e André denominam esse desfecho de “processo indutivo” (LÜDKE e ANDRÈ, 1986, p.13). Em resumo, a abordagem qualitativa se caracteriza por enfatizar mais o processo do que o resultado, por investigar a “perspectiva dos participantes” sobre o tema proposto (LÜDKE e ANDRÈ 1986, p. 12) e, por isso, geralmente envolve o uso de amostras menores ou estudos de caso.

Criar um questionário não é uma tarefa tão simples quanto parece, pelo contrário, é um processo complexo que se inicia na redação de questões e itens, a ordem das questões, a apresentação, a aplicação e a coleta dos dados fornecidos e por esse motivo, precisa ser muito bem pensado e estruturado. A utilização indevida de um questionário, ou um questionário mal formulado, pode resultar na geração de informações equivocadas e causar erros de conclusões, afetando a validade do estudo. Isso reforça a necessidade de refletir sobre todos os aspectos da pesquisa antes de se valer de um questionário para fazer a coleta de dados e caso ele seja um dos instrumentos escolhidos, que seja elaborado com muita atenção e cuidado.

Segundo Moreira e Caleffe (2008), uma das vantagens do uso do questionário na coleta de dados para uma determinada pesquisa é o uso eficiente do tempo, pois o pesquisador alcança um elevado número de pessoas num curto espaço de tempo, além do fato de ser composto por itens padronizados, ou seja, todos os participantes respondem às questões sem a interferência de um entrevistador. Ainda existe a questão do anonimato que proporciona maior liberdade de expressão dos participantes que, na maioria das vezes, respondem com mais sinceridade às questões propostas.

Com os avanços tecnológicos, cada vez mais os pesquisadores têm acesso a opções para desenvolver questionários *on-line*, como o *Google* formulários, uma ferramenta que oferece funcionalidades *on-line* para facilitar o desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados. Ao utilizar formulários online, porém, esse processo passa a ser feito automaticamente, e muitas ferramentas fornecem até mesmo um relatório com a análise dos dados em tempo real, ainda que simplificada.

A pesquisa em pequena escala conduzida pelos professores não proporcionará respostas definitivas para melhorar a escola, mas poderá ajudar entender porque as coisas são como são e tornar o pesquisador melhor informado sobre as implicações de agir de determinadas maneiras e não de outras. O conhecimento revelado pela pesquisa é inevitavelmente incompleto, mas pode e deve levar a uma melhora da qualidade de ensino nas escolas (MOREIRA E CALEFFE, 2008 p.19).

Enfim, um bom questionário pode levar tempo e exigir dedicação para ser desenvolvido e validado, porém, se realizado de forma clara, concisa e efetiva torna-se um excelente instrumento de coleta de dados para o professor pesquisador e torna seu trabalho mais rico em informações relevantes que vão de acordo com os objetivos propostos para a realização da pesquisa.

5. Fundamentos Históricos, Legais e Políticos da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

5.1 Aspectos Gerais

O processo de ensino-aprendizagem no âmbito da inclusão escolar, assunto muito discutido atualmente no meio científico, ainda gera contradições, dúvidas e incertezas devido à dificuldade encontrada pela escola em desenvolver práticas inclusivas para todos, como ampara a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva na Educação Inclusiva.

Historicamente, o processo de inclusão escolar emergiu em diversos países do mundo e no Brasil na década de 1990, mais especificamente a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994). O documento defende que “O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter... Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola... Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva. Educação Inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas”.

Ou seja, este documento (Declaração de Salamanca, UNESCO 1994) trouxe a ideia de que as crianças com necessidades educacionais especiais fossem incluídas em escolas de ensino regular visando romper um paradigma relacionado à educação delas nas escolas e/ou turmas ditas especiais:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

Verifica-se que, muitas das mudanças requeridas não se relacionam exclusivamente à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Elas fazem parte de uma reforma mais ampla da educação, necessária para o aprimoramento da qualidade e relevância

da educação, e para a promoção de níveis de rendimento escolar superiores por parte de todos os estudantes.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) enfatizou a necessidade de uma abordagem centrada na criança com o objetivo de garantir uma escolarização bem-sucedida para todas as crianças. A adoção de sistemas mais flexíveis e adaptativos, capazes de mais amplamente levar em consideração as diferentes necessidades das crianças, iria contribuir tanto para o sucesso educacional quanto para a inclusão.

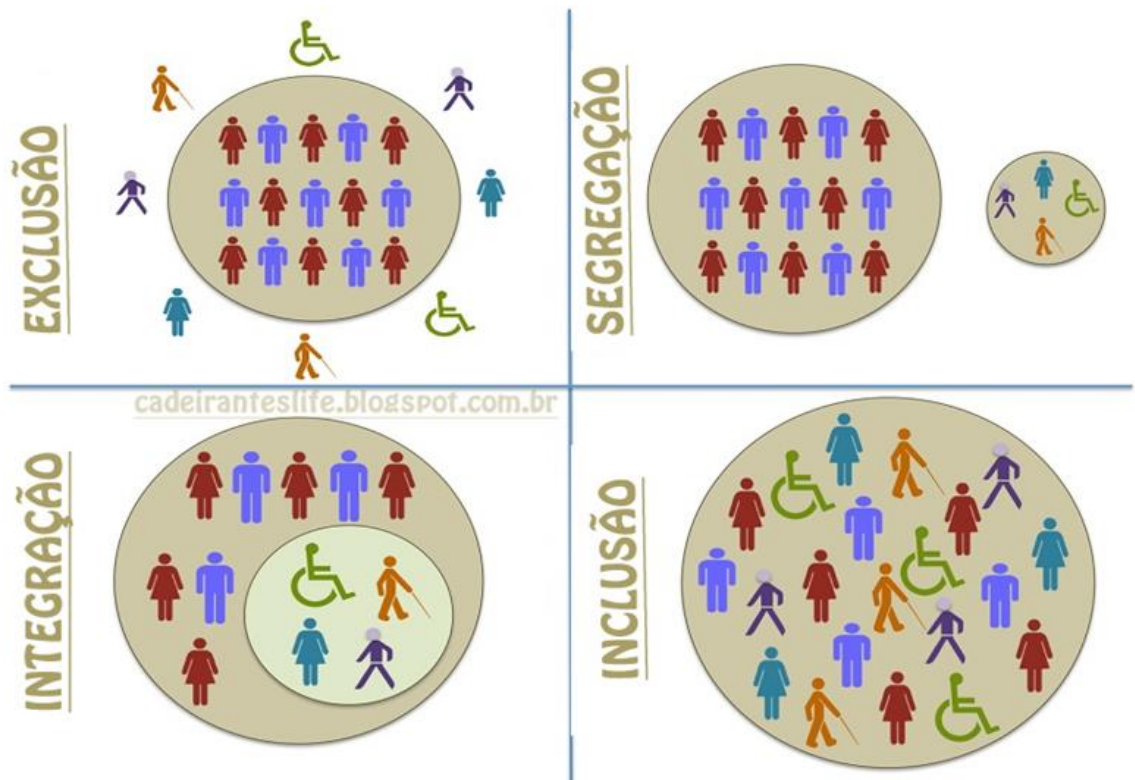
Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da Educação Especial trazem a inclusão como um processo “(...) gradual, interativo e culturalmente determinado, requerendo a participação do próprio aluno na construção do ambiente escolar que lhe seja favorável (...), alguns educadores defendem que uma escola não precisa preparar-se para garantir a inclusão de alunos com necessidades especiais, mas tornar-se preparada como resultado do ingresso desses alunos (...)” (BRASIL, 1998, p.18), sugerindo a colocação imediata de todos os educandos com necessidades especiais na escola.

A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. Ver as necessidades especiais dos alunos atendidas no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas, também, que se organizem para constituir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades. (BRASIL, 1998, p. 31)

Assim, uma escola realmente inclusiva deve reconhecer e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos.

A educação escolar é uma forma de estabelecer laços sociais que estão além da simples convivência, uma vez que proporciona troca de experiências e conhecimentos, pois ambos os agentes envolvidos modificam de forma gradativa seu modo de compreender, pensar e agir sobre a sociedade. Numa ação unilateral do professor, com uma educação pautada em regras rígidas e tradicionais, o aluno pode vir a ser alguém que simplesmente acata regras sociais sem crítica, minando ou mesmo acabando com sua capacidade humana de criticar as condições sociais que o cerca. Por outro lado, se a relação entre esses agentes for construída de forma multilateral, ambos estão cada vez mais conscientes das ideologias produzidas pela sociedade e de sua capacidade de ação perante esta.

Figura 1:Esquema Representativo do Avanço da Inclusão



Fonte: cadeiranteslife.blogspot.com.br

A figura acima retrata como se deu o processo histórico da evolução da inclusão na sociedade até os dias atuais. Partindo da exclusão total dessas pessoas, passando pela segregação (eram isolados em locais já estabelecidos para pessoas nesta situação), posteriormente se estabeleceu a integração (inseridos na sociedade, porém de alguma forma ainda excluídos pois pressupõe apenas uma adaptação do aluno à escola ou do sujeito à sociedade na qual está sendo inserido.). E por fim, chega-se o processo de inclusão, que parte do princípio de que a escola e a sociedade em geral é que devem ser transformadas para adaptar-se às necessidades de todos e de cada um, onde as pessoas com algum tipo de deficiência estão na sociedade exercendo, ao menos parcialmente, os mesmos direitos e oportunidades de uma pessoa “normal”.

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, indicados a individualização dos programas escolares, os currículos adaptados, as avaliações especiais e a redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma a escola não muda como um todo, mas os alunos têm que mudar para se adaptar às suas exigências. (MANTOAN 2006, p.18)

5.2 A Inclusão no Brasil

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto de Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamim Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Hellena Antipoff.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei nº 4.024/61, que aponta os direitos dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral do ensino.

A Lei nº 5.692/71, ao definir o “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência de educação especial no Brasil que impulsionou as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania, e a qualificação para o trabalho.

No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais citados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”.

Assim, cada vez mais se entende o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações. Um dos desafios atualmente lançados à pesquisa educacional é exatamente o de tentar captar essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 5).

Embora a preocupação com a inclusão escolar tenha ganhado espaço nas políticas educacionais, na prática o que acontecia (e ainda acontece na maioria das vezes) é uma integração entre os estudantes, ou seja, os estudantes são inseridos no meio escolar para garantir, em primeiro plano, sua socialização e não o crescimento cognitivo e a aprendizagem em si. Mas, está claro que é importante que o foco esteja nos objetivos que realmente queremos alcançar, discutir situações de aprendizagem positivas e significativas, preferencialmente nos ambientes naturais do estudante e de uma forma o mais concreta possível, para que este se sinta motivado e com predisposição para aprender.

É preciso dar mais ênfase ao desenvolvimento máximo das potencialidades e, em muitos casos, as crianças podem vir a serem futuros membros produtivos e atuantes da sociedade.

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais, mas representa a intenção de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. De acordo com o artigo 4º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, a educação especial considera as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características

psicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pauta em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:

I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos (BRASIL- MEC/SEESP, 2001, p. 1).

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) é a mais importante lei brasileira que se refere à educação, é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da Educação Básica ao Ensino Superior) que reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9394 de 1996, em seu capítulo V, define a educação especial e estabelece as condições de seu oferecimento (BRASIL, 1996, p.21-22):

Art. 58º - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º - Haverá, quando necessário (quando comprovado por laudo médico), serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Findando a década de 90 mais um documento importante para a educação no geral é elaborado, trata-se dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. (MEC, 1999). Os PCNs constituem um referencial à educação no Ensino Fundamental de todo país. Foi elaborado para atender a determinação da LDB, que consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular com o Ensino Fundamental. O conjunto das proposições contidas nos PCNs responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do país se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais étnicas, religiosas e políticas, a educação possa atuar no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de igualdade de direitos entre os cidadãos.

Como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos. Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais (PCN-MEC/SEF/SEESP, 2001).

De acordo com o Grupo de Trabalho da Política Nacional da Educação Especial (2008), o Censo Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de Educação Básica, acompanha, na educação especial, indicadores de acesso à Educação Básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares e o número de municípios e de escolas com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais. A partir de 2004, com a atualização dos conceitos e terminologias, são efetivadas mudanças no Censo Escolar, que passa a coletar dados sobre a série ou ciclo escolar dos alunos atendidos pela educação especial, possibilitando, a partir destas informações que registram a progressão escolar, criar novos indicadores acerca da qualidade da educação. Os dados do Censo Escolar/2006, na educação especial, registram a evolução de 337.326 matrículas em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que se refere à inclusão em classes comuns do ensino regular, o crescimento é de 640%, passando de 43.923 alunos incluídos em 1998, para 325.316 alunos incluídos em 2006.

A partir desses dados é possível se verificar a importância de refletir sobre a Educação Inclusiva, tratando-a com seriedade e respeito, visto que estes indivíduos são seres humanos e cada vez mais nós como sociedade precisamos aprender a conviver e aprender com as diferenças, já que esta situação tem sido cada dia mais frequente.

5.3 A Educação Inclusiva no Estado de Goiás e o Professor de Apoio

A implantação da Educação Inclusiva no Estado de Goiás se deu no final da década de 1990, quando diversos estados começaram a tratar com mais prioridade a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas. Em 2000, no estado de Goiás, uma das ações da política de inclusão implementadas foi o trabalho do profissional itinerante. Este docente ficava vinculado às Subsecretarias Regionais de Educação, no setor de educação especial, e prestava serviços nas escolas que tinham estudantes com necessidades educacionais especiais. Este professor tinha como atividade principal a orientação aos educadores de várias escolas e,

quando necessário e possível, acompanhava estes estudantes na própria sala de aula e em períodos variados (TARTUCI, 2011).

Segundo Tartuci (2011), o trabalho do professor itinerante, iniciado com o professor de métodos e recursos vinculado a Subsecretaria Regionais de Educação de Goiás, que prestava apoio ao professor regente da classe comum e ao aluno com necessidades educacionais especiais, vai sendo substituído pelo trabalho do professor de apoio, que inicialmente era modulado apenas nas escolas inclusivas e atendendo aos alunos com dificuldade de acompanhamento das atividades acadêmicas curriculares e posteriormente sua atuação, que se ampliou para todas as escolas e turmas que tivessem matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais. Não é caracterizada como uma ação esporádica como a do professor itinerante, pois a sua ação é cotidiana, diária e em horário integral na sala de aula, embora seu papel possa não contemplar o leque de atuação do professor itinerante.

Ainda no que se refere ao professor de apoio à inclusão, o último documento oficial (SEDUCE, Diretrizes Operacionais 2016/2017) que norteia o trabalho desses profissionais e de toda a inclusão na rede estadual de educação do estado de Goiás, ressalta que o mesmo possui o papel de subsidiar o Professor Regente nas atividades com toda a turma em função especificamente da presença de estudantes que possuem deficiência intelectual (devidamente comprovado por laudo médico), ou seja, é a matrícula do estudante que DI que justifica a modulação do apoio a inclusão e ressalta ainda que esse professor pode atuar com no mínimo 1(um) e até 6(seis) alunos estando estes na mesma sala ou não e não necessariamente serem todos DI's. A itinerância(atuação em várias salas) ocorre quando os estudantes com deficiência não apresentarem especialidades que necessitem acompanhamento individualizado, onde o profissional atua de forma a se organizar e amparar tais estudantes nas áreas e nas atividades que apresentarem maior necessidade de apoio, passando pelas turmas e dividindo seu tempo na unidade de acordo com a necessidade.

Para Pereira Neto (2009) esse professor deve ser um profissional habilitado ou especializado em educação especial, que trabalha com o aluno deficiente que precise de apoio intenso e contínuo e que esteja inserido em salas regulares. Deve auxiliar a criança deficiente, o professor regente e a equipe técnica que por vezes presta atendimento às crianças deficientes. Este deve ser detentor de conhecimentos específicos como código de linguagens e técnicas que possibilitem ao aluno o aprendizado dos conteúdos ensinados.

Apesar da pouca informação sobre as especificidades do professor de apoio, fica evidente a preocupação em caracterizar o trabalho peculiar, devendo estar em acordo com as necessidades singulares de cada aluno atendido, utilizando-se para tal, de auxílios que possibilitem primar pela qualidade do trabalho pedagógico. Outro dado importante, diz respeito ao olhar a este profissional de apoio permanente, não o remetendo a mais um auxiliar para a instituição ao enfatizar a necessidade deste tipo de serviço (PEREIRA NETO, 2009, p.19).

Para que o professor de apoio consiga alcançar as suas ações propostas, sua ação pedagógica precisa contemplar, a partir das particularidades, os diversos conhecimentos já adquiridos pelos alunos com necessidades educativas especiais. Manter como referência para a ação pedagógica tudo o que foi produzido ao longo do processo histórico desse aluno e enfatizar que o “limite” do que pode ser aprendido pelas pessoas que apresentam alguma necessidade educativa especial, não está no professor e muito menos no próprio aluno, ao contrário, este precisa utilizar-se das diversas formas de ensinar para proporcionar ao aluno a aquisição desses conteúdos. Quando o entendimento de que as limitações precisam deixar de ser o ponto de partida para o ato de ensinar, abre-se então uma gama de possibilidades e caminhos que podem e devem ser explorados.

De acordo com Pereira Neto (2009), nesta linha de argumentos, quando o professor de apoio adapta os conteúdos em conjunto com o professor regente, necessita intencionalmente procurar promover em cada momento minimizar as limitações impostas à aprendizagem do indivíduo que apresenta tais necessidades. Portanto, é imprescindível que o professor de apoio invista em possibilidades que podem ser desenvolvidas autonomamente pelos alunos que apresentam necessidades especiais, realizando para tanto um efetivo e comprometido trabalho educativo.

Conforme o Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás, Resolução CEE N° 07, de 15/12/2006, o papel do Professor de Apoio é atuar em sala de aula, atendendo a estudantes com limitações motoras e cognitivas manifestadas, por exemplo, nos casos da deficiência intelectual, dos transtornos globais do desenvolvimento, da paralisia cerebral e nos casos em que a deficiência visual e auditiva, estão acompanhadas de limitações cognitivas que implicam em dificuldades de aprendizagem; isto é, em dificuldades referentes à escrita, à leitura e ao raciocínio lógico-matemático. A atuação do apoio à inclusão se justifica somente quando as limitações resultam em dificuldades no acompanhamento das atividades acadêmicas curriculares. Ou seja, segundo Tartuci (2011), a atuação permanente do professor de apoio em sala de aula não está prevista para todos os casos, mas quando a “deficiência exigir”. É previsto na Resolução N° 07, citada anteriormente, que na escolarização de alunos

com necessidades educacionais especiais devem ser previstos e providos pela mantenedora, pública ou particular, quando necessário e de acordo com a legislação pertinente, os serviços de apoio pedagógicos especializados mediante atuação de professor de apoio em sala de aula.

Assim, ainda conforme essa Resolução, esse profissional deve atuar de forma integrada com o professor regente, devendo participar ativamente do planejamento e de todas as atividades desenvolvidas em sala a partir de duas frentes de acordo com a realidade da Unidade Escolar. Mas, o que podemos observar nas escolas é que esse papel e sua atuação não estão tão claro quanto nos documentos oficiais. Os profissionais, em alguns momentos, ampliam seu papel ou, em algumas partes, reduzem o mesmo.

6. Contribuição de Autores Contemporâneos à Educação Inclusiva

Vygotsky (1984) demonstrou grande interesse pela psicologia acadêmica, através da análise de trabalhos envolvendo problemas de crianças com defeitos congênitos, tais como: cegueira, retardo mental severo, surdez, entre outras, nos quais dedicaria anos de estudos buscando oportunidades de compreensão dos processos mentais humanos, sendo este o centro do seu projeto de pesquisa.

Trabalhou com teses dentro de suas obras nas quais são possíveis descrever a relação entre indivíduo e sociedade, onde o autor afirma que as características humanas não estão presentes desde o nascimento, nem são simplesmente resultados das pressões do meio externo. Elas são resultados das relações homem e sociedade, pois quando o homem transforma o meio na busca de atender suas necessidades básicas, ele transforma-se a si mesmo.

A criança nasce apenas com as funções psicológicas elementares básicas e a partir do aprendizado da cultura, estas funções transformam-se em funções psicológicas superiores, sendo estas o controle consciente do comportamento, a ação intencional e a liberdade do indivíduo em relação às características do momento e do espaço presente.

Esse conceito de constituição social da mente é formalmente explicitado por Vygotsky:

Um processo interpessoal (entre pessoas) é transformado num processo intrapessoal (no interior da pessoa). Todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica) e, depois, no interior da criança (intrapessoal). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos. (Vygotsky, 1984)

Para Vygotsky, a condição humana não é dada pela natureza, mas construída ao longo de um processo histórico-cultural baseado nas interações entre homens e meio. Ou seja, os aspectos biológicos não são determinantes.

Segundo ele, o desenvolvimento de qualquer pessoa, tendo ela deficiência ou não, depende das oportunidades de aprendizagem e das relações que estabelece. Vale ressaltar que o estudioso dedicou boa parte de sua vida à observação e à educação de crianças com deficiência, principalmente intelectual.

Vygotsky defendia que o desenvolvimento cognitivo em cada etapa da vida não apresenta aspectos estagnados e universais. Para ele, o que existe é uma multiplicidade de possibilidades de acordo com a experiência de cada sujeito. Enquanto o biólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) afirmava que as aptidões intelectuais acompanham o desenvolvimento orgânico, o psicólogo argumentava que o aprendizado não se prende totalmente às estruturas intelectuais da criança. Na relação entre aprendizado e desenvolvimento, o primeiro vem antes, provocando “saltos” na compreensão e no conhecimento.

Vygotsky defendia que os alunos fossem encorajados a superar suas habilidades. Para ele, estratégias pedagógicas adequadas são capazes de provocar avanços que não ocorreriam espontaneamente. É a isso que se refere um de seus principais conceitos, o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) que é nada mais do que a distância entre o desenvolvimento real, determinado por meio da solução independente de problemas, e o desenvolvimento potencial, determinado pela resolução feita com a ajuda de um adulto ou em colaboração com companheiros.

Por meio dessa concepção, Vygotsky resalta a importância da escola e do professor no processo de desenvolvimento dos alunos. Para ele, o educador, em primeiro lugar, deve conhecer bem o estudante a fim de planejar estratégias a partir de objetivos baseados em seu potencial, ou seja, naquilo que ele é capaz de fazer quando conta com ajuda.

Em uma de suas muitas obras (*A Formação Social da Mente*, 1991), o psicólogo afirma que o comportamento atualizado é apenas uma pequena parte do comportamento possível. O homem está cheio de possibilidades não realizadas. O conceito de ZDP nos mostra que, com a ajuda de outros adultos, professores, colegas mais capazes a criança tem possibilidades de produzir mais do que produz sozinha.

O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente. (Lev Vygotsky no livro *A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores*, 1991)

Esse conceito nos aponta o que a criança tem em potencial, para as suas possibilidades não realizadas. Foi a partir dele que Vygotsky investiu no desenvolvimento de sujeitos com uma enorme gama de dificuldades: crianças diagnosticadas como deficientes mentais, crianças com Síndrome de Down, crianças cegas, surdas, com lesões cerebrais, etc.

Vygotsky defendia também, através do que chamava de lei da compensação ou superação, que um impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, precisamente por tornar a atividade do organismo difícil, poderia atuar como um incentivo para aumentar o desenvolvimento e a atividade de outras de suas funções. A neurociência comprova que, quando expostas aos mesmos estímulos ou desafios, pessoas com tais impedimentos podem desenvolver mais conexões em relação às outras, provando terem um maior potencial de ampliação da função cerebral.

Outro aspecto defendido por Vygotsky é o trabalho em grupo, o trabalho em grupos, e principalmente em duplas, é muito produtivo para o aprendizado do aluno. Vários estudos mostram a importância das trocas com colegas para o aprendizado. O trabalho em dupla é extremamente produtivo para os alunos que estão se incluindo, tendo o professor um cuidado ao constituir os grupos ou duplas, estando atento para o fato de que as duplas ideais são aquelas constituídas por alunos de níveis de desenvolvimento diferente, mas não com uma defasagem muito grande entre os mesmos.

Assim sendo, o companheiro mais adiantado pode ajudar o colega, sem, entretanto, anular a sua participação. Seus trabalhos apontam, também, que a educação do aluno com necessidades educacionais especiais almeja os mesmos objetivos da educação do aluno dito 'normal'. Os meios, as formas de se atingir esses objetivos são diferentes e produzir esses meios implica pensar uma educação adequada, criativa, que possa se utilizar de instrumentos diversos, inclusive os produzidos pela modernidade, para que esse aluno desfrute de uma educação de alta qualidade.

Enfim, toda a obra de Vygotsky (1991) aponta para uma grande mudança diante dos alunos com necessidades educacionais especiais. E nesse sentido, a deficiência ou limites, caso existam, não podem mais ser usados como argumento, nem mesmo justificativa da estagnação, da educação inadequada, da discriminação ou exclusão.

Mantoan (1996) também acrescenta que a inclusão torna-se uma forma de inovação da escola, pois não prevê métodos e técnicas para esta ou aquela deficiência, mas sim, que os

alunos aprendam até o limite que conseguem chegar e ressalta ainda que o trabalho com o deficiente intelectual exige que o professor, além das condições inerentes a todo educador, apresente características de personalidade, habilidades e conhecimentos adequados ao atendimento a essa categoria de educandos.

Ao olhar para o aluno com deficiência intelectual percebe-se que sua inclusão escolar se constitui em uma experiência fundamental, visto que, este processo vem contribuir para sua inserção social, possibilitando a este aluno uma vida mais independente.

Segundo Mantoan,

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. (2005, p.1)

Ou seja, na escola inclusiva, professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Acreditamos que esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa e igualitária. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor, o direito de ocupar o seu espaço na sociedade, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, nós, professores, queremos garantir a todos o direito à educação.

O professor deve acreditar na potencialidade de todos os seus alunos e criar métodos para que todos consigam aprender, independentemente de suas diferenças e especificidades. Para isto, “é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.” (MANTOAN, 2006, p.48). A autora ainda diz que:

O argumento mais freqüente dos professores, quando resistem a inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho. (2006, p. 53)(...)O ponto de partida para ensinar a turma toda, sem diferenciar o ensino para cada aluno ou grupo de alunos, é entender que a diferenciação é feita pelo próprio aluno ao aprender, e não pelo professor ao ensinar. (2006, p. 49)

Assim, compete aos professores membros de escolas inclusivas hoje a necessidade de compreender que suas atribuições precisam ir além do que vem descrito nas resoluções normativas, pois, são eles indivíduos que também estão em constante aprendizado e, em muitas das situações, só se aprende com a vivência diária, tendo empatia com seus alunos e

assumindo uma postura de coragem e paciência para lidar com os inúmeros desafios que surgem quando se fala em Educação Inclusiva.

Em suma: as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, os alunos são orientados a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. (MANTOAN, 2006 p. 45)

O deficiente intelectual necessita aprender a ser e a viver, necessita ser capaz de valorizar a visão positiva de si mesmo, estimular seu desejo e confiança. Mantoan (2006) acrescenta que “a deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento”.

7. A Deficiência Intelectual (DI)

7.1 Conceito: O que é?

O Transtorno do Desenvolvimento Intelectual ou Deficiência Intelectual caracteriza-se por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas. (José Salomão e Vivian Renne, 2017). Para os autores, indivíduos com Deficiência Intelectual apresentam funcionamento intelectual significativamente inferior à média. A pessoa com Deficiência Intelectual tem dificuldade para aprender, entender e realizar atividades comuns para as outras pessoas. Muitas vezes, essa pessoa se comporta como se tivesse menos idade do que realmente tem. Já foi conhecida por outras denominações, como por exemplo, idiotia e retardo mental e com o tempo, esses termos se tornaram pejorativos e foram substituídos por Transtornos do Desenvolvimento Intelectual ou Deficiência Intelectual.

Salomão e Renne (2017) ainda apontam que a deficiência intelectual corresponde ao atraso no desenvolvimento cognitivo de algumas crianças que pode ser identificado por dificuldade de aprendizado, pouca interação com outras pessoas e incapacidade de realizar atividades simples e adequadas para a sua idade. É uma situação geralmente congênita ou precocemente adquirida na infância (no máximo, o início deve ocorrer antes dos 18 anos de idade) em que a pessoa tem dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas, estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras e realizar atividades cotidianas.

Essas habilidades estão ligadas à inteligência, envolvem raciocínio, planejamento e organização. A Deficiência Intelectual é, pois, uma situação de inteligência baixa, comprometendo outras áreas da vida. A Deficiência Intelectual, também chamada por DI, é um transtorno do desenvolvimento que acomete cerca de 2 a 3% das crianças e pode acontecer devido a diversas situações, desde complicações durante a gestação ou no parto, até alterações genéticas, como Síndrome de Down, por exemplo.

A desnutrição severa da criança e o envenenamento por metais pesados durante a infância também podem acarretar Deficiência Intelectual. Um exemplo que muitas pessoas não sabem é que a exposição ao mercúrio (presente no peixe) pode simbolizar um perigo

iminente ao feto, em se tratando do período da gravidez. Entretanto, após o nascimento, é aconselhável que a criança não se alimente de peixes ricos em mercúrio. Durante a amamentação, é ideal que a mãe proceda da mesma forma, evitando ingerir tal alimento. Dentre os fatores de risco, de algumas décadas para cá devem sempre ser lembradas as infecções virais perinatais, como HIV e Zika.

A Deficiência Intelectual implica em limitações não só no funcionamento intelectual, mas também no comportamento social, na aprendizagem, na autogestão de situações da vida cotidiana, na comunicação e habilidades ligadas à linguagem, leitura, escrita, matemática, raciocínio, conhecimento, memória e habilidades sociais.

É predominante no sexo masculino em relação ao feminino e em países de baixa e média renda quando comparados com países de alta renda. Ela pode ter diferentes graus de profundidade. As crianças com algum grau de Deficiência Intelectual têm maiores dificuldades de aprendizagem na escola e na aquisição de novas competências, quando comparadas às demais crianças. A deficiência Intelectual costuma ser classificada em leve, moderada e profunda. Pessoas com Deficiência Intelectual leve podem chegar a realizar tarefas mais complexas e desenvolver aprendizagens sociais e de comunicação que lhes permitem adaptar-se ao mundo em que vivem. Sua aprendizagem escolar é mais lenta e, embora possam freqüentar classes comuns, precisam de um acompanhamento especial.

As pessoas com Deficiência Intelectual moderada são capazes de alguma autonomia pessoal e social, mas não chegam a dominar as técnicas de leitura, escrita e cálculo. Na Deficiência Intelectual profunda, as pessoas têm grandes problemas de comunicação com o meio e são dependentes dos outros em quase todas as atividades.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1993), 10% das pessoas do Terceiro Mundo são portadoras de algum tipo de deficiência. No Brasil, o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) estimou, no ano de 2000, a existência de 24,5 milhões de brasileiros portadores de deficiência, e se estima que 50% deles tenham algum grau de DI, hoje esses números são bem maiores, fato que justifica o grande aumento desses alunos nas escolas.

7.2 Diagnóstico/Como proceder?

Em grande parte dos critérios propostos para o diagnóstico da DI se ressalta a importância da avaliação do QI. Apesar das críticas que são feitas a este parâmetro, é bastante comum observarmos que nas inúmeras definições de DI, um dos itens é associado a presença de QI inferior a 70.

Para Salomão e Renne (2017), não há dúvida alguma de que esta medida pode não representar de forma absoluta as capacidades intelectuais do indivíduo testado, mas alguns cuidados podem ser tomados de modo a tornar a avaliação da inteligência por meio de um teste mais eficaz, ou seja: o teste deve ser aplicado por psicólogo(a) competente, com experiência na área; a aplicação deve ser feita individualmente; a avaliação deve ser quantitativa e qualitativa; os resultados devem enfatizar as áreas de dificuldade bem como as de competência. Além disso, o resultado deve ser considerado como uma medida transitória que pode se alterar de forma significativa em aplicações posteriores. Esse transtorno pode ser percebido pelos pais ou pelo professor na escola, no entanto, o tratamento deve ser feito por uma equipe multidisciplinar com o objetivo de incentivar todas as funções cognitivas, favorecendo o processo de aprendizagem e relação com outras pessoas. Deste modo é importante que a criança tenha acompanhamento direto e constante com profissionais específicos como o pediatra, fonoaudiólogo, pedagogo e psicoterapeuta.

Para os autores, diagnosticada a deficiência Intelectual no indivíduo, é importante que suas capacidades cognitivas e intelectuais sejam estimuladas frequentemente, sendo essencial o acompanhamento por uma equipe multiprofissional. Na escola, por exemplo, é fundamental que os professores vejam a necessidade de entender a dificuldade do aluno e elabore um plano de estudo específico para a criança. É preciso redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala - o que também contribui para a integração e para a socialização do aluno pois é importante mantê-lo integrado e estimular o seu contato e interação com outras pessoas, com os colegas de sala, os professores e toda a equipe escolar envolvida.

A inclusão não prevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e / ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites, e se o ensino for de fato de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo, coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não

apenas alguns de seus membros, os mais capacitados e privilegiados. (MANTOAN, 2006 p.47)

Também é preciso estimular seu raciocínio lógico-dedutivo através de jogos, atividades de memorização e etc. Essa atividade além de promover o contato social, permite que a criança fique mais concentrada, o que faz com que aprenda de forma um pouco mais rápida.

É importante também que o professor respeite o ritmo de aprendizagem da criança, voltando a assuntos ou atividades mais fáceis caso seja necessário. Durante o processo de estimulação da aprendizagem, é interessante que o professor identifique a forma que a criança assimila melhor as informações e conteúdos, seja por meio de estímulos visuais ou auditivos, por exemplo, sendo então possível estabelecer um plano de educação baseado na melhor resposta da criança.

Vale ressaltar que um diagnóstico precoce pode ser primordial para o desenvolvimento do indivíduo, que é estimulado a desenvolver desde cedo suas potencialidades características.

8. CEITA: Escola campo das observações iniciais

Educação Inclusiva é a educação para todos, isto é, a que visa reverter o percurso da exclusão ao criar condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos que desta forma adquirem a oportunidade de vivenciar diferentes realidades, confrontar valores, praticar a cooperação e solidariedade, aprendendo a lidar com a diferença e naturalizá-la ao seu convívio diário.

Partindo desse pressuposto, o Colégio Estadual de Itapuranga (CEITA), Ensino Médio e Educação Profissionalizante, fundado em 13 de novembro de 1985 no município de Itapuranga-Go, vêm ao longo de sua jornada se mostrando um espaço aberto às mudanças e tentando acompanhar o processo e progresso da implantação das escolas de Educação Inclusiva no Estado de Goiás. É um colégio público e atende a uma clientela de diferentes níveis econômicos e por isso o princípio de solidariedade faz parte das ideias e dos valores centrais da maior parte da comunidade escolar.

De acordo com o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, a mesma possui a seguinte filosofia:

A escola parte do princípio de que é uma comunidade e, em parceria com todos os segmentos que se faz o seu desempenho. Busca um espaço cuja identidade deve ser reforçada pela existência de um projeto capaz de sugerir possíveis caminhos pelos quais poderemos andar. Caminhos alternativos para uma proposta de educação de qualidade fundada nos pilares que intentam tirar o aluno da condição de ser individual, e levá-lo a um ser social, zelando pelos princípios da equidade, fraternidade, solidariedade, enfim, princípios e fundamentos da verdadeira cidadania. (PPP/CEITA, 2018 p.)

E é nesta mesma linha de pensamento que a escola tenta conduzir a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, trazendo no seu PPP informações relevantes sobre a Educação Inclusiva, bem como a importância destas ações para estas pessoas. Assim, de acordo com o PPP (2018) da escola: “Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades educacionais especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional”. Nele também consta que:

A escola oferece dentro de suas condições, atendimento aos alunos com necessidades especiais, como visual, auditiva e mental. Os professores não receberam nenhuma preparação específica para atender a esses alunos, mas

conseguem se relacionar e transmitir os conteúdos, porém muitas vezes tendo dificuldades para atender esses alunos. Eles são auxiliados principalmente pelos colegas que fazem o elo entre conteúdo-professor-aluno. Também, a socialização é feita pelos próprios colegas, que colaboram. (PPP/CEITA, 2018)

O trecho acima deixa claro uma das muitas angústias que cercam a inclusão escolar hoje, o despreparo de alguns profissionais que por algum motivo assumem cargos na inclusão, porém não possuem aptidão nenhuma para tal. E de fato, eu compartilho com esta angústia uma vez que ao longo da minha jornada como professora de Matemática nesta unidade (10 anos), pude observar e presenciar diversas situações conflitantes e foi o que me inquietou e motivou a abordar tal tema como foco da minha pesquisa, visto que, a inclusão social constitui-se como um processo bilateral em que as pessoas com deficiência e a sociedade buscam em parceria decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que a quantidade de alunos com deficiência intelectual, ou até mesmo outras deficiências, têm aumentado consideravelmente nas escolas de ensino regular. O Colégio Estadual de Itapuranga é um exemplo claro disso, pois, em um espaço curto de tempo (2012-2019), a quantidade de alunos com algum tipo de deficiência passou de 2 (dois) no ano de 2012 para 14 (catorze) alunos matriculados na escola hoje no ano de 2019. Destes alunos 11(onze) possuem Deficiência Intelectual, sendo alguns deles com deficiências múltiplas (quando o aluno possui laudo com mais de uma deficiência), e em relação aos outros, 1(um) possui síndrome de down, 1(um) deficiente visual e 1(um) com a síndrome de Dravet e Guilambarê. Enfim, é evidente que o aumento de alunos com deficiência nas escolas requer muito mais uma sociedade realmente inclusiva, pois, estas pessoas estão enfrentando sérias dificuldades para se tornarem parte ativa nessa sociedade com oportunidades iguais às da maioria da população.

A escola não muda a sociedade, mas pode partilhar através do seu fazer pedagógico, projetos e ações que possibilitem que a unidade escolar seja um espaço plural de construção de identidades.

9. Estudo de Caso: Uma Experiência de Sucesso

Segundo Ludke e André (1986, p.17): “o estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como o das Classes de Alfabetização (CA) ou do ensino noturno.” E ainda de acordo com os autores:

Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. (...) Os relatos escritos apresentam geralmente, um estilo informal, narrativo, ilustrado por figuras de linguagem, citações, exemplos e descrições. (...) A preocupação aqui é com uma transmissão direta, clara e bem articulada do caso e num estilo que se aproxime da experiência pessoal do leitor. (Ludke e André, 1986 p.20)

Assim, o estudo de caso proposto neste trabalho refere-se a experiência de sucesso de uma professora de apoio à inclusão (Fabrizia Silva), que conseguiu realizar um trabalho de excelência, que se orgulha da sua função e a exerce com comprometimento e amor. A escolha de relatar o trabalho desta professora deve-se ao fato de que eu, na função de coordenadora pedagógica e professora regente em todas as turmas nas quais Fabrizia atuou e atua até hoje na escola CEITA, escola campo das minhas primeiras vivências com a inclusão, vejo uma profissional que tem amor pelo que faz, que leva muito a sério sua função enquanto professora de apoio, que acredita na inclusão, que não mede esforços para aprender e assim auxiliar seu aluno, que faz a diferença na Educação Inclusiva das escolas por onde passa.

O texto é baseado em entrevistas do tipo semi-estruturada feita com a professora nos dias 05/09/2019 às 20:00h e 10/09/2019 às 19:30h no ambiente da escola com duração de aproximadamente 90 minutos cada uma, conversas informais que tivemos durante alguns momentos livres nos intervalos entre uma aula e outra e observação participante que eu como professora/pesquisadora fui realizando da professora em questão em momentos diversos nos quais eu atuava, ora como professora regente em turmas onde ela trabalhou, ora como coordenadora pedagógica do turno vespertino no qual a professora também atua.

(...) a entrevista semi-estruturada, é a que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações. (LUDKE e ANDRÉ, 1986 p.34)

Na observação participante, é muito mais difícil para as pessoas que estão sendo observados mentir ou tentar enganar o pesquisador. O pesquisador está no local

testemunhando o comportamento real ao invés de confiar apenas nos relatos das pessoas a respeito de suas vidas. (MOREIRA e CALEFFE, 2008 p.204)

Fabrísia Maria da Silva, graduada em Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês, graduada também em Pedagogia, pós-graduada em Ensino de Literatura e em Estudos Linguísticos e o Ensino de Português, atualmente professora de apoio à inclusão com alunos com Deficiência Intelectual – DI, nos turnos matutino e vespertino - Ensino Médio, no Colégio Estadual de Itapuranga – CEITA, trabalha com Educação Inclusiva desde 2002, três anos após a implementação do ensino inclusivo nas escolas de Educação Regular no Estado de Goiás, onde os alunos com deficiência começaram, aos poucos, a frequentar as salas comuns de ensino juntamente com os demais estudantes sem deficiência. Para tanto, fez-se necessário o trabalho de professores de educação especial e outros profissionais como mediadores da inclusão.

A professora relatou, com muito entusiasmo, que desde o ano 2000, ano de implementação da Educação Inclusiva no Estado de Goiás, que sempre se interessou pelo trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais e que quando começou em 2002 como professora de recursos, hoje com nova nomenclatura, professora de Atendimento Educacional Especializado – AEE – no Colégio Estadual Santana, em Itapuranga, se apaixonou pela função desde o princípio. Mas não foi tão fácil assim, a mesma contou que teve que se preparar com vários cursos de formação Educação Inclusiva - cursos com carga horária que vão desde 2h de duração até 220h, oferecidos por órgãos públicos como a Prefeitura Municipal, Universidade Estadual de Goiás e Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás e também privados tais como o CEAPE e a Faculdade Delta - para desenvolver um bom trabalho frente a tantos desafios que foram aparecendo no decorrer dos anos. A mesma se preparou no decorrer de sua carreira para atender todos os tipos de deficiência que as leis regem como: Deficiência Intelectual, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Mental, Deficiências Múltiplas, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtorno do Espectro do Autismo.

Fabrísia ressaltou que quando teve os primeiros contatos com os alunos com deficiência surgiu uma porção de sentimentos que nunca havia sentido em sua profissão, a princípio sentia muita “pena”, pois sentia na pele muito sofrimento por parte dos alunos e familiares que muitas vezes não sabiam o que fazer diante da deficiência do filho, depois passou pela fase de aceitação daquela condição a qual o indivíduo se encontrava, nestas fases sofria junto, se emocionava por não desejar o sofrimento das pessoas.

Aos poucos a professora percebeu que para atender este público especial teria que aceitar a deficiência de cada estudante e a partir daí desenvolver um trabalho de excelência que os mesmos tinham o direito garantido em leis, e foi o que a professora fez. Além disso, se deparou com outro obstáculo, o de motivar e sensibilizar toda equipe escolar, principalmente os professores regentes a ter um olhar diferenciado para tais alunos, fazendo a flexibilização do currículo, pois cada um tinha seu jeito de assimilar os conhecimentos e um tempo diferente para alcançar a aprendizagem e poder realizar um trabalho de parceria com toda a equipe, pois inclusão começa do portão da escola, a partir do porteiro (a) no momento que o aluno é recebido na escola e também um trabalho frente aos alunos para que os mesmos aos poucos não estranhassem a presença de pessoas diferente deles, isto é, com deficiência, seja qual fosse.

A professora ressaltou que a Educação Inclusiva é uma proposta do Ministério da Educação que visa, justamente, atender a inclusão das crianças com necessidades especiais no convívio com a sociedade. Conta que tal proposta foi posta em prática de diversas formas, porém, a inclusão nunca acontecia como planejada pelo Ministério de Educação e hoje o que temos são as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), antes salas de recursos, onde as crianças ou adolescentes são atendidos no contra turno do seu horário normal de aula, com professores especializados que os atendam levando em conta suas especificidades, dentro de um planejamento já elaborado.

O Projeto Político Pedagógico da escola tem que prever o funcionamento do AEE, bem como a execução da proposta, para ser considerada uma escola inclusiva. Assim, dispõe o Ministério da Educação que o AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do Projeto Político Pedagógico da escola (MEC, 2007).

No Colégio Estadual Santana (que oferecia a 1ª, 2ª fase do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio), a professora permaneceu na função de professora de recursos por cinco anos em média, realizando o atendimento das crianças com necessidades especiais no contra turno do seu horário normal de aula, complementando e/ou suplementando a formação do aluno. Durante este tempo a professora usou diversos recursos

metodológicos oferecidos pela Secretaria da Educação para a sala e também produzia materiais de acordo com as especificidades dos alunos.

Em especial, para desenvolver o raciocínio lógico matemático dos estudantes com Deficiência Intelectual – DI, utilizava jogos de memória de vários tipos de material como papel, madeira, jogos virtuais, jogos de tabuleiro para desenvolver a memória dos mesmos. Também utilizava muito de material concreto como Material Dourado para visualizar as quantidades e resolver situações problemas propostas por ela durante o atendimento, contou também que as crianças gostavam muito de utilizar os dedos das mãos, dos pés e que ela deixava para que se sentissem à vontade durante o processo ensino aprendizagem. Durante o relato da professora percebi que esta função faz parte da vida profissional dela, a qual a mesma não pretende sair, pois, demonstrou durante toda a entrevista entusiasmo pelo que faz e a certeza de quem acredita na inclusão.

Ainda no Colégio citado acima, Fabrísia realizou um lindo trabalho com diversos alunos com deficiências diversas com todo amor e dedicação. Conta que sempre participava com seus alunos de todos os eventos da escola interagindo os mesmos e ainda criou o Coral Inclusivo batizado como “Melodias do Silêncio” pela mesma, onde eram interpretadas canções na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Após um tempo, em 2008 a mesma foi transferida para outra Unidade de Ensino – Escola Estadual Zico Coelho (que oferece a 2ª fase do Ensino Fundamental), em Itapuranga. Nesta unidade ainda não contava com Educação Inclusiva com sala de recursos, então após 01 ano nesta escola percebeu que existia alunos com necessidades especiais que não contavam com o Atendimento Educacional Especializado no contra turno. Então, foi ao encontro de uma Psicóloga que fazia parte da Equipe Multiprofissional de Itapuranga que confirmou a necessidade da implementação da Educação Inclusiva na Unidade e após diagnóstico realizado por profissionais capacitados como médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos entre outros, os quais os pais foram orientados pela equipe gestora a procurar, para confirmação de diagnóstico e obter laudo médico para começar o atendimento no contra turno do seu horário normal de aula.

Quando os materiais foram chegando enviados pela Secretaria da Educação o trabalho foi iniciado e a mesma voltou a atender os alunos especiais na Sala de Recursos Multifuncional. E novamente passou por desafios e dificuldades citadas anteriormente sobre o

trabalho inclusivo. Na função professora de AEE ela continuou no mesmo projeto de fazer a diferença na vida escolar de cada estudante com o mesmo empenho e competência em parceria com a Equipe Escolar, incluindo os alunos no meio escolar, sala de aula, nos eventos da escola e com o projeto Coral Melodias do Silêncio criado no Colégio Estadual Santana, onde iniciou sua trajetória na Educação Inclusiva.

Depois de um tempo por falta de alunos com deficiência na escola para modulação da profissional, a professora relatou que a Sala de recursos Multifuncional foi desativada. Em 2013, a mesma iniciou seu trabalho como Professora de apoio à inclusão na mesma escola num 6º ano, depois 8º e 9º no período vespertino, dentro da sala de aula comum, acompanhando e orientando os alunos com Deficiência Intelectual (DI) durante a realização de todas as atividades, trabalhos, exercícios, entre outros, sendo um apoio dos alunos DI, da turma e do professor regente, pois o trabalho do professor de apoio só tem sentido ou êxito, se todos trabalharem juntos em prol do sucesso de todos, interagindo, incluindo e fazendo sempre a diferença na vida dos alunos com ou sem deficiência.

Também passou por outros desafios como a aceitação dos professores regentes e dos alunos da presença de outro profissional em sala, pois os mesmos nunca haviam visto este tipo de função na escola. A profissional deixou claro que não foi fácil, mas não impossível e obteve muito sucesso.

No momento das atividades em sala, a professora afirmou que foi necessário a princípio, conhecer as dificuldades e o conhecimento prévio do estudante para depois iniciar o trabalho de acompanhamento e orientação buscando métodos e recursos didáticos para dar andamento ao trabalho com o mesmo. Neste momento, percebi que a professora se emocionou ao relembrar do seu primeiro atendimento (aluna DI + TDAH, 6º ano), ela contou que passou por um misto de sensações, emoções, pois foi sua primeira experiência e ainda não sabia como lidar com essa nova função. Conta a professora que a aluna era bastante inquieta, não parava na sala de aula, se recusava a realizar as atividades propostas, era arredia e indiferente, sendo quase impossível a realização do trabalho diante daquela situação. Foi então que ela resolveu mudar de estratégia para de fato iniciar seu trabalho, levando para sala de aula materiais concretos como, por exemplo, material dourado para fixar sua atenção em atividades envolvendo as quatro operações e, além disso, com muita paciência, empatia e amor pela função, a professora relata que foi aos poucos conquistando a confiança e o respeito da aluna. De acordo com a professora, a aluna fixava sua atenção somente na aula do

professor que gostava, e que a aluna gostava muito de realizar atividades com cálculos simples. Com muita dedicação ao trabalho que se propôs, a professora conseguiu se aproximar da aluna, estabelecer laços e a partir daí as relações entre elas, entre a aluna e os professores regentes e entre a menina e seus colegas, que no início não a aceitavam, melhorou consideravelmente.

Após realizar seu trabalho, também com excelência, em mais uma escola da cidade (Escola Estadual José Pereira de Faria), a professora inicia sua jornada no Colégio Estadual de Itapuranga (CEITA) em 2017, no qual se encontra até hoje. Escolha este cenário das observações iniciais que motivaram em primeiro momento a realização deste trabalho. Fabrícia relata que ao começar nesta escola foi muito bem acolhida, porém, assim como nas outras, enfrentou alguns obstáculos. Um deles foi com alguns professores regentes, que mesmo já adaptados com a presença de um professor de apoio em sala, levaram certo tempo para se familiarizar com a forma da professora trabalhar. Fabrícia conta que sempre tenta ajudar o aluno da melhor forma com os conteúdos ministrados pelo professor regente e, para isso, sempre que aparecia qualquer dúvida ela não estava em pedir ajuda ao professor, alegando que para auxiliar o seu aluno naquele conteúdo ela tinha que compreendê-lo primeiramente. Diz a professora que: “Eu não consigo pegar algo pronto e simplesmente dar ao meu aluno para que ele copie. Quando eu não compreendo o conteúdo, se eu acredito que meu aluno consegue aprender então eu também consigo e vou sim em busca de ajuda, não tenho preguiça de aprender, pelo contrário, me sinto desafiada a cada conteúdo novo por mais difícil que ele pareça ser, como acontece com matemática, Química e Física por exemplo. Se eu acredito com muita verdade na inclusão, se eu acredito que não existem limites para a aprendizagem de um aluno com Deficiência Intelectual(isto de acordo com a potencialidade de cada um), então esses limites não existem para qualquer outro aluno da sala e nem para mim”.

Acontece que, de acordo com ela, alguns professores não entendiam esse comportamento dizendo que ela estava de alguma forma atrapalhando o andamento da aula e outros a trataram com certa falta de paciência sempre que ela os procurava para pedir auxílio em alguma atividade ou avaliação. Mas a professora não desistiu e aos poucos foi mudando este quadro e hoje é admirada por todos pelo belo trabalho que realiza com seus alunos.

Outro desafio relatado por ela foi o fato de que ao iniciar seu trabalho nesta escola já se deparou com a situação de trabalhar com 5(cinco) alunos todos com DI's em uma mesma turma

(2º ano do Ensino Médio). De acordo com a professora não foi uma tarefa nada fácil, pois, além das dificuldades citadas anteriormente, ela ainda precisava dividir seu tempo e sua atenção com esses adolescentes que, além da deficiência ainda estavam nesta fase complicada da evolução de qualquer pessoa. Porém, mais uma vez, com toda a paciência ela conseguiu atender as necessidades desses alunos, sendo que duas alunas desses 5 hoje estão na universidade pública cursando Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Goiás.

Enfim, concludo este estudo com a convicção de que um profissional que se disponha a atuar na Educação Inclusiva, com destaque aos professores de apoio, precisa estar disposto a aceitar o novo e ter principalmente coragem e disposição para buscar conhecimento seja ele em qualquer área. Digo ainda que é uma função onde o amor pelo que se faz precisa sobressair.

10. Sobre os Resultados da Pesquisa/Questionários

Um dos maiores desafios para o pesquisador é a competência redacional, pois muitos escrevem mas poucos redigem.(...)Redigir é um processo de pensar, refletir, explorar opções, tomar decisões, aprimorar a produção textual, visando acima de tudo a inteligibilidade da mensagem. Os bons textos são escritos com idéias as quais, por sua vez, podem ser recheadas com informações. (MOREIRA e CALEFFE 2008, p.229)

Assim, relatar o que se obteve como respostas de uma pesquisa vai além de transcrevê-las, é necessário um olhar crítico e rigoroso para que se tenha um material bem elaborado e compreensivo aos leitores do trabalho.

Questionário é um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos de um projeto, ou seja, uma importante característica da utilização de questionários em um projeto de pesquisa é a possibilidade e funcionalidade de obter respostas para os questionamentos e a problemática geradores da pesquisa inicialmente.

Em relação a este trabalho de pesquisa sobre a Matemática na inclusão de alunos DI's, foram elaborados e aplicados 2 (dois) questionários (dispostos em anexo) para públicos diferentes, porém, ambos com o intuito de coletar informações verídicas e relevantes sobre a Educação Inclusiva em seu contexto geral e também especificamente sobre a inclusão no tocante à Matemática para alunos com Deficiência Intelectual. O público-alvo foi professores (regentes e de apoio) das redes pública e privada, que atuem ou já atuaram em salas de aula com alunos da educação especial que com suas vivências e experiências deixaram sua importante contribuição para o sucesso da pesquisa.

A seleção dos participantes depende, é claro, do problema a ser estudado. (...) porque o propósito é selecionar participantes que possam melhor contribuir para a pesquisa e para o conhecimento do fenômeno. (...) a seleção dos participantes é intencional, na essência isso significa que a amostra é selecionada levando-se em consideração as pessoas que podem efetivamente contribuir para o estudo. (MOREIRA e CALEFFE, 2008 p.174)

Para a aplicação dos questionários foi enviado um convite via e-mail aos professores convidados a participar, no qual foi pedido aos mesmos que respondessem um questionário *on-line*, com questões de múltipla escolha e discursivas inseridas na plataforma do *Google forms*. Foi escolhido esse método pela facilidade da aplicação, por abranger um grande número de pessoas em um curto espaço de tempo, pelo anonimato dos participantes e por

sofrer menor interferência do pesquisador. Vale ressaltar que participaram da pesquisa apenas aqueles que se dispuseram de forma voluntária.

10.1 Avaliação do Questionário Aplicado aos Professores Regentes

Questionário destinado a professores regentes de qualquer disciplina, porém com um dos tópicos voltado exclusivamente para professores que lecionam Matemática. As questões abordaram temas que vão desde a experiência desses professores com a inclusão, seu conhecimento sobre a Educação Inclusiva e a Deficiência Intelectual, e ainda questões relacionadas sobre a opinião desses profissionais acerca do trabalho dos professores de apoio e o ensino da Matemática para os alunos DI's.

Com abertura no dia 12/09/2019 às 13:30h e encerrado no dia 19/09/2019 às 20:00h, o questionário alcançou a participação de 43(quarenta e três) professores dos quais 32 (trinta e dois) lecionam Matemática.

As primeiras questões (1, 2 e 3) referem-se aos tipos de deficiências e ao conhecimento do professor sobre a Deficiência Intelectual, onde foi detectado que a mesma (DI) é a mais comum nas escolas, pois, dentre todas as citadas nos itens, 93% dos professores responderam que têm/tiveram alunos DI's, porém 48,8% apontaram que não tem conhecimento sobre tal deficiência.

Sobre a questão 4: Verifica-se que apenas 19% dos professores ao lecionarem em uma turma com um ou mais alunos especiais receberam o laudo do aluno, o restante tiveram apenas informações informais por meio de coordenadores e colegas, e ainda alguns desses professores (11,9%) não receberam nenhuma informação do aluno para entender a sua deficiência e, a partir daí, planejar suas práticas para aquela turma pensando também no aluno especial matriculado, a chamada “flexibilização”.

Figura 2: Gráfico Referente à Questão 4

(Ao assumir uma sala de aula com um ou mais alunos especiais, você foi informado sobre o tipo de deficiência que o(s) mesmo(s) possuíam?)

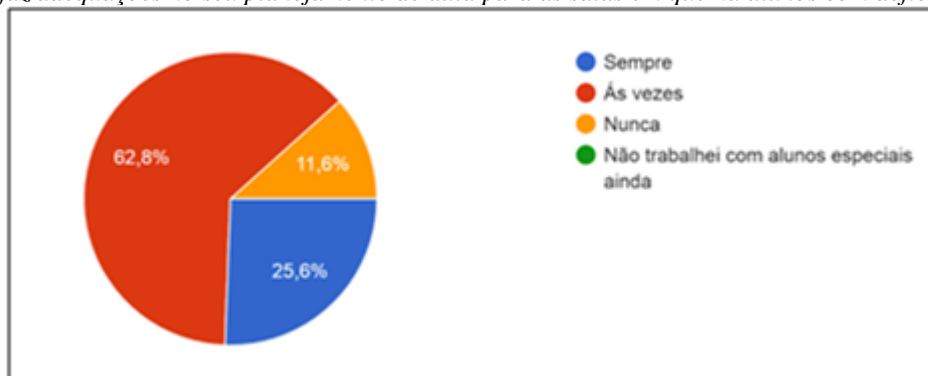


Fonte: Autora.

Ainda neste contexto da flexibilização, as questões 6 e 7, mostram que poucos professores flexibilizam suas práticas pedagógicas. No que se refere ao planejamento das aulas, apenas 25,6% disseram que fazem adequações pensando nesses alunos, o restante deles não o fazem ou adequam apenas às vezes. Já no quesito avaliação, o resultado da pesquisa aponta que 55,8% dos professores participantes nem sempre flexibilizam suas avaliações e destes 9,3% disseram que avaliar esse aluno é tarefa do professor de apoio, o que nos remete àquele velho discurso “o aluno especial é do professor de apoio”.

Figura 3: Gráfico Referente à Questão 6

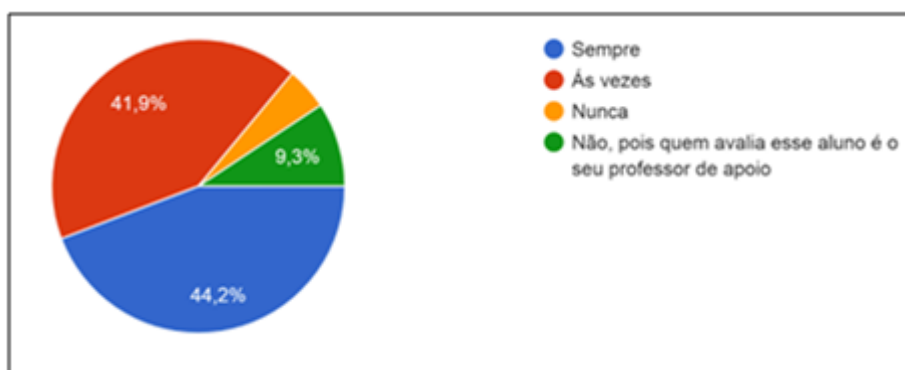
(Você faz adequações no seu planejamento de aula para as salas em que há alunos com deficiência?)



Fonte: Autora

Figura 4: Gráfico Referente à Questão 7

(Você, quando tem um ou mais alunos com necessidades especiais em sala, flexibiliza suas avaliações?)



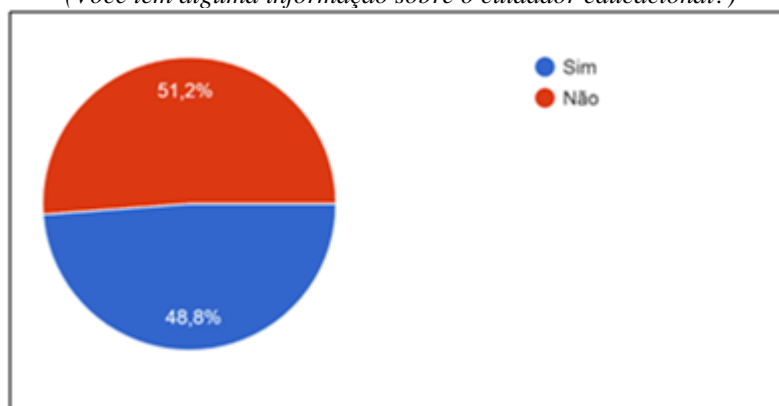
(Obs: O item “nunca” corresponde á 4,7%)

Fonte: Autora.

Nas questões que se referem às leis da inclusão, professor de apoio e outras funções na educação inclusiva percebe-se que de fato os professores regentes têm pouco conhecimento sobre o assunto, ou seja, atuam em salas com alunos especiais sem terem, a priori, informações relevantes que poderiam melhorar o processo e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos em questão e da turma no geral, como mostra os gráficos abaixo.

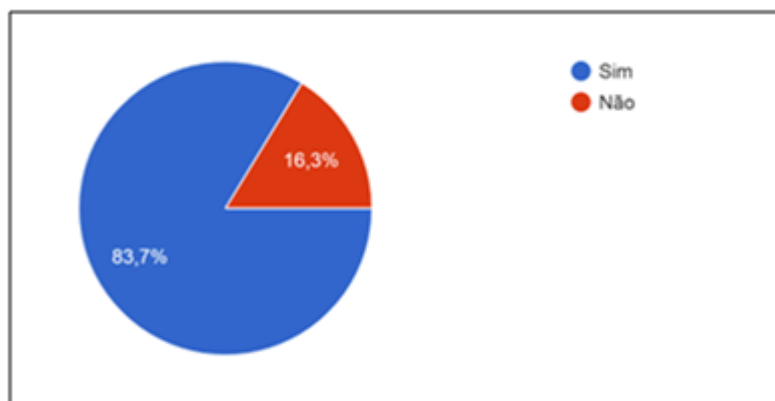
Figura 5: Gráfico Referente à Questão 9

(Você tem alguma informação sobre o cuidador educacional?)



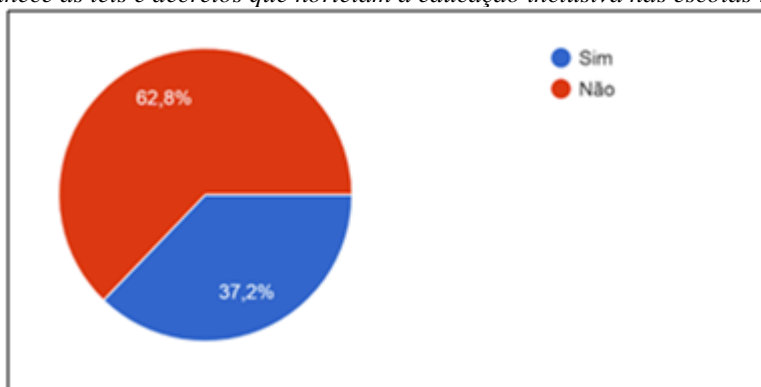
Fonte: Autora.

Figura 6: Gráfico Referente à Questão 10
(*Você considera o Intérprete de Libras um professor de apoio?*)



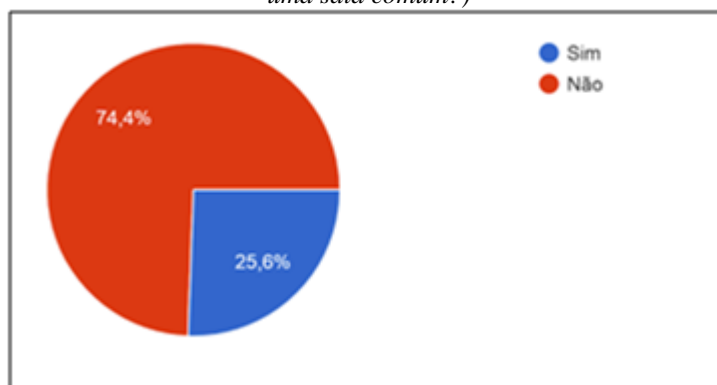
Fonte: Autora

Figura 7: Gráfico Referente à Questão 12
(*Você conhece as leis e decretos que norteiam a educação inclusiva nas escolas regulares hoje?*)



Fonte: Autora

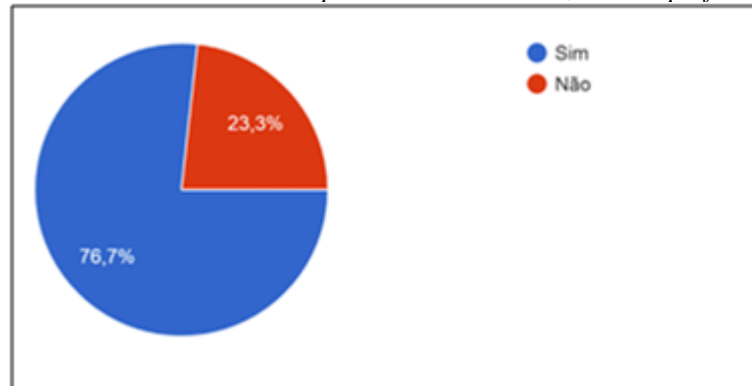
Figura 8: Gráfico Referente à Questão 13
(*Nas salas com alunos especiais em que você trabalhou, o número total de alunos era reduzido, em relação a uma sala comum?*)



Fonte: Autora

Figura 9: Gráfico Referente à Questão 14

(Você já teve alunos com necessidades especiais na sala de aula, sem um professor de apoio?)

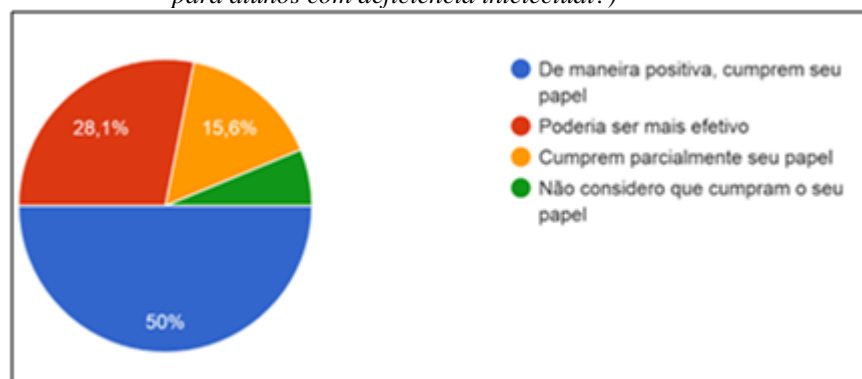


Fonte: Autora

As questões 17 e 18 trazem informações sobre o professor de apoio e o ensino da Matemática para alunos com Deficiência Intelectual. Pelo gráfico da Questão 17 (Figura 10) é possível perceber que metade dos professores participantes da pesquisa acreditam que o professor de apoio consegue ensinar Matemática para alunos com Deficiência Intelectual. Porém, metade acredita que esses profissionais não conseguem de fato fazer com que seus alunos avancem cognitivamente na aprendizagem da Matemática.

Figura 10: Gráfico Referente à Questão 17

(Como você avalia o trabalho dos professores de apoio a inclusão em relação ao ensino da matemática para alunos com deficiência intelectual?)



(Obs: No item em “verde” a porcentagem corresponde á 6,3%)

Fonte: Autora

A Questão 18 (*Se você marcou uma das duas últimas opções na questão anterior, por favor, justifique-a utilizando o espaço abaixo.*) traz de forma subjetiva as percepções de 10 (dez) dos professores regentes que não acreditam no trabalho dos professores de apoio em

relação ao ensino da Matemática. Das respostas dadas 4 (quatro) foram mais precisas, são elas:

“Tivemos algumas discussões nas aulas que eram voltadas a parte pedagógica. Com relação aos professores de apoio já presenciei muitos deles responderem pelos alunos atividades ou mesmo provas.”

“A inclusão é uma atividade difícil e precisa de dedicação e as pessoas que são direcionadas nem sempre são preparadas para os trabalhos.”

“Eles limitam muito o conhecimento matemático para esses alunos”

“Os próprios professores não sabem matemática então não tem como ensinar”

A última pergunta do questionário (*Questão 20. Por favor, utilize o espaço abaixo para responder a seguinte questão: o que penso sobre a inclusão dos alunos com deficiência intelectual e a aprendizagem em matemática?*), mostra através das respostas dos participantes que um dos pontos de atenção em relação ao ensino da Matemática para DI's é o despreparo dos docentes em geral para efetivar a inclusão.

“O ensino de matemática ainda não é inclusivo. Seja por alunos com deficiência intelectual - com laudo - ou os que apresentam dificuldade de aprendizagem. Noto que os professores acabam aprovando ano após ano, sem garantir o mínimo de aprendizagem necessária. Em muitos casos, por causa das dificuldades de diversificar a metodologia, pela pressão em cumprir o currículo ou pelas condições oferecidas. Desse modo, a inclusão cumpre apenas o propósito de socializar” ...

“Muito necessário, mas os docentes precisam ser melhor instruídos.”

“Todos têm o direito de aprender sem distinção de nada, pois, são seres humanos, e como penso na educação humanizada estes alunos precisam de uma atenção bem especial, pois, eles são especiais, com todas suas dificuldades, querem aprender, onde muitos sem este tipo de dificuldade não querem!”

“Percebe-se um desconhecimento muito grande por parte dos professores e também da escola. Acredito que a aprendizagem de matemática para alunos especiais deveria ser mais

cuidadosa e planejada por parte de todos envolvidos. Porém, fica bem claro que a maioria das escolas com raras exceções, não estão preparadas para essa tarefa.”

“Eu acredito que o trabalho poderia ser bem melhor se tivesse formação por parte da Seduce e muitas vezes interesse do próprio professor pela questão, bem como condições de trabalho.”

“É limitada pois cada um tem seu limite e os professores de apoio tbm não possuem formação adequada.”

“Infelizmente o aluno é limitado, o professor de apoio é limitado. Então o ensino da matemática passa batido ano por ano e o aluno avança de série sem avançar no aprendizado.”

Enfim, ao analisar tudo que foi mencionado pelos professores através do questionário podemos perceber que a maioria do que foi pontuado vem de encontro com a problemática inicial proposta no início do trabalho de pesquisa. Isto quer dizer que, ainda existem muitas falhas e despreparo para que haja nas escolas da rede regular um fazer docente verdadeiramente inclusivo. Ficou evidente que os professores, mesmo atuando em salas de aula inclusivas, têm pouco conhecimento sobre a inclusão, sobre as jurisdição da Educação Inclusiva, sobre flexibilização e ainda sobre a Deficiência Intelectual.

Durante as observações na escola campo e conversas informais com os professores da escola, por várias vezes ouvi a palavra “limitado”, que “o aluno DI tem um limite de aprendizagem e chega um ponto da sua vida na escola que ele não aprende mais”, e nas respostas dadas pelos professores no questionário percebe-se que eles realmente consideram isto como verdade. Assim como, de acordo com os docentes participantes, a Matemática para alunos DI’s hoje ainda não é inclusiva, pois, eles vão de uma série para outra sem avançar cognitivamente e a escola no fim cumpre apenas seu papel de promover a socialização desses alunos.

10.2 Avaliação do Questionário Aplicado aos Professores de Apoio

No questionário destinado a professores de apoio à inclusão as questões abordaram temas que vão desde a experiência desses professores sobre ser um profissional da Educação

Inclusiva, seu conhecimento sobre as leis da inclusão, sobre a Deficiência Intelectual, e ainda questões relacionadas à Matemática na educação especial para alunos DI's.

Com abertura no dia 12/09/2019 às 13:30h e encerrado no dia 19/09/2019 às 20:00h, o questionário alcançou a participação de 34 (trinta e quatro) professores participantes.

As primeiras questões são referentes ao início desses professores na função do apoio e, exatamente metade deles, disseram que foi uma escolha por se acharem com aptidão para o cargo e que se sentem realizados como profissionais atuando com esses alunos. A outra parte conta que foram colocados no cargo por motivos diversos, porém desses, 34,4% se adaptaram aos poucos à Educação Inclusiva, como mostra os gráficos abaixo.

Figura 11: Gráfico Referente à Questão 1
(Qual alternativa melhor se aproxima do motivo pelo qual você se tornou um professor de apoio?)



(Obs: No item “laranja” a porcentagem corresponde a 2,9%)

Fonte: Autora

Figura 12: Gráfico Referente à Questão 2
(Você se considera um profissional realizado nesta função?)



(Obs: Nos itens “vermelho”, “verde”, “roxo” e “azul”, as porcentagens são respectivamente 2,9%, 5,9%, 2,9% e 2,9%)

Fonte: Autora

Sobre aprimoramento profissional, os professores apontaram diferentes formas que oportunizaram os mesmos de se qualificarem para a função que exercem, porém a maioria (85,3%) disse que mesmo assim não tiveram formação específica em relação ao ensino da Matemática para alunos com necessidades educacionais especiais, em específico aos que possuem Deficiência Intelectual como retratam as figuras 13 e 14.

Figura 13: Gráfico Referente à Questão 3

(Em que momento da vida acadêmica e profissional você se aprimorou em relação a área da inclusão?)

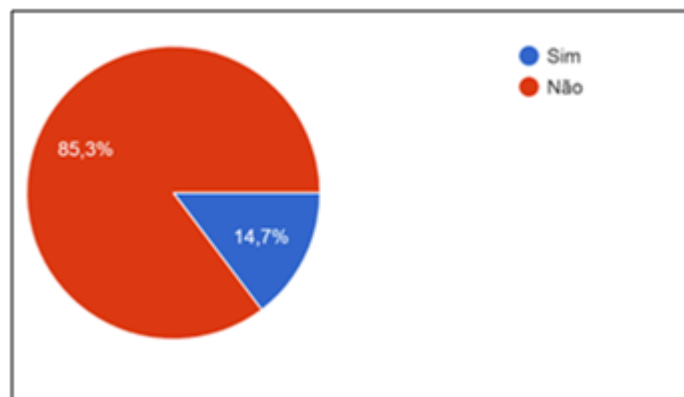


(Obs: Nos itens “laranja”, “roxo”, “azul claro” e “rosa” as porcentagens são respectivamente 5,9%, 5,9%, 2,9% e 2,9%)

Fonte: Autora

Figura 14: Gráfico Referente à Questão 4

(Você, como professor de apoio, recebeu alguma formação específica para trabalhar matemática com esses alunos?)

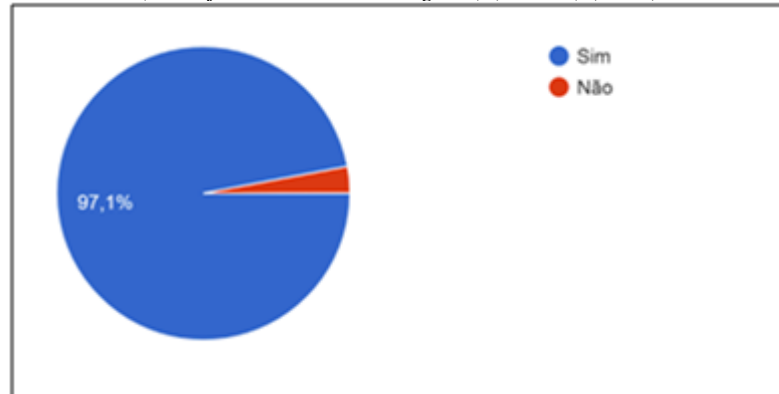


Fonte: Autora

De acordo com os gráficos abaixo, sobre a Deficiência Intelectual, 97,1% dos professores de apoio participantes já trabalharam com alunos DI's e destes apenas 35,3% disseram que percebem que os professores de Matemática flexibilizam suas práticas pedagógicas para esses alunos, mesmo mostrando também que a maioria destes professores regentes tem conhecimento da Deficiência Intelectual, ou seja, possuem o mínimo de

compreensão de que estes alunos precisam de práticas mais elaboradas para que, em parceria com os professores de apoio, a aprendizagem aconteça.

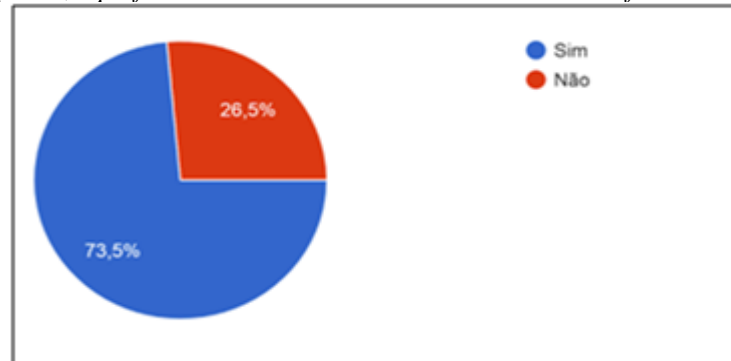
Figura 15: Gráfico Referente à Questão 7
(Você já trabalhou com algum (a) aluno(a) DI?)



(Obs: No item “Não” a porcentagem corresponde à 2,9%)

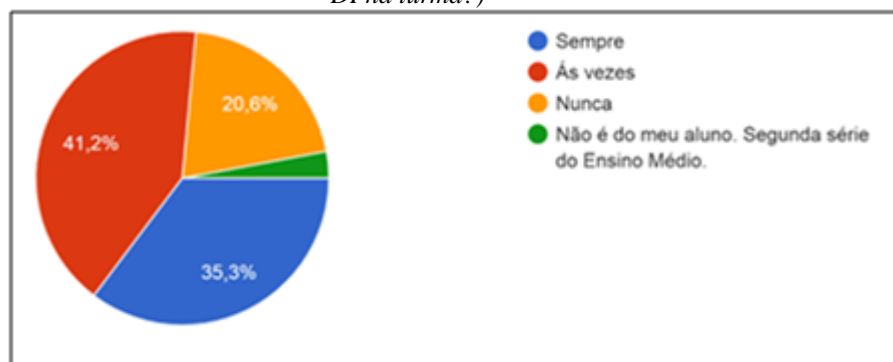
Fonte: Autora

Figura 16: Gráfico Referente à Questão 8
(Em sua opinião, o professor de matemática tem conhecimento da deficiência intelectual?)



Fonte : Autora

Figura 17: Gráfico referente à questão 9
(Você percebe que o professor de matemática flexibiliza suas práticas pedagógicas em função de um aluno com DI na turma?)

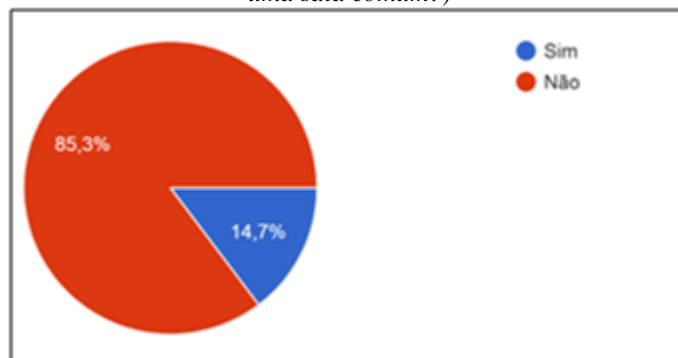


Fonte: Autora

As questões 14, 15 e 16 tratam da quantidade de alunos que um professor de apoio trabalha ou trabalhou em uma mesma turma. Sobre isso, 82,4% deles responderam que atuam com mais de um aluno especial na mesma sala e um dos professores participantes colocou que já trabalhou com 6 alunos de uma vez. Além disso, 70% dos docentes apontaram que esses alunos possuíam diferentes deficiências, o que acarreta diferentes necessidades de acompanhamento e dedicação dos professores. Outro detalhe importante é que apenas 14,7% dos professores disseram que nestas salas o número de alunos era reduzido, como deveria ser em todas de acordo com as leis e diretrizes da educação especial.

Figura 18: Gráfico Referente à questão 20

(Nas salas com alunos especiais em que você trabalhou, o número total de alunos era reduzido, em relação a uma sala comum?)

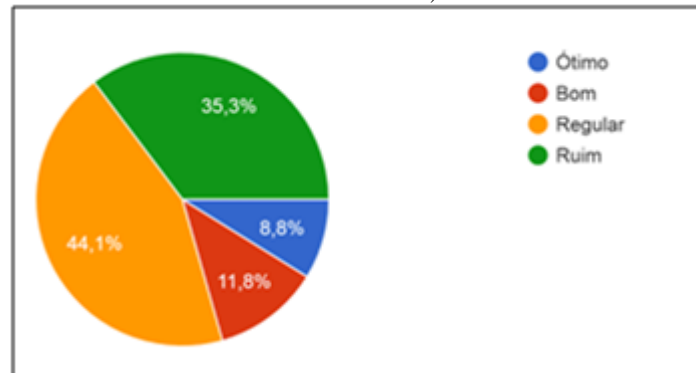


Fonte: Autora

Um outro assunto sobre a Educação inclusiva abordado no questionário em questão foi a itinerância (prevista nas diretrizes que regem a inclusão no Brasil e no Estado de Goiás) que consiste em um único professor de apoio atender a vários alunos no mesmo turno, porém em turmas diferentes dividindo seu tempo de acordo com as necessidades que o mesmo considera como primordial no momento para os alunos. A respeito da itinerância a maioria dos professores de apoio não acredita que ocorra uma aprendizagem satisfatória dos alunos que participam do método como mostra a figura abaixo:

Figura 19: Gráfico Referente à Questão 19

(Ainda sobre a itinerância: como você avalia o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos quando utilizado esse método ?)



Fonte: Autora

Por fim nas duas últimas questões do questionário, quando solicitados que fizessem um paralelo entre a inclusão na teoria (leis, decretos e orientações), e como ela de fato tem acontecido no ambiente escolar, alguns dos apontamentos foram:

“Muitas vezes nos deparamos com situações que na verdade nos causa desânimo, pois o próprio sistema exige mas ele também falha, quando por exemplo exige que um aluno DI faça avaliações externas sem que estas estejam flexibilizadas”

“Já melhorou muito, mas creio q pode haver mais políticas voltadas pra inclusão, como: uma formação para os professores regentes conhecer sobre a lei inclusão, como ter oportunidade de conhecer mais de perto o aluno especial , tendo acesso a vida pregressa , saber da sua necessidade especial e também que a escola tenha estruturas parte pedagógica, disponibilizando materiais concretos e equipamentos que vão agregar no desenvolvimento aprendizagem do aluno”

“A falta de recursos para o atendimento. A falta de família engajar junto a escola, em muitos casos é algo maquiado.”

“Na teoria tudo é maravilhoso, mas na prática esses alunos estão no ambiente escolar apenas para descanso dos pais e socializar c seus colegas.”

Enfim, com todos os apontamentos feitos pelos professores de apoio participantes da pesquisa, percebe-se que ainda estamos caminhando a passos lentos para uma verdadeira inclusão. A falta de informação e formação por partes dos docentes envolvidos ainda é um aspecto que necessita ser trabalhado de forma a possibilitar esses profissionais a

compreenderem mais claramente o seu papel e sua função enquanto atuante na educação inclusiva, tanto professores de apoio quanto regentes.

11. Considerações Finais

Embora possa assustar pelo grande número de mudanças e pelo teor de cada uma delas, a inclusão é, como muitos a apregoam, “um caminho sem volta”. Nunca é demais, contudo, reafirmar as condições em que essa inovação acontece, marcando, grifando na consciência dos educadores o seu valor, para que nossas escolas atendam à expectativa de seus alunos, do ensino infantil à universidade. (MANTOAN, 2006 p.47)

Durante toda a discussão realizada no presente trabalho foi bem ressaltado que a garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas contribuem para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças e destacou ainda em seus tópicos a importância de se rever a organização pedagógica e administrativa das escolas para que estas possam tornar-se espaços verdadeiramente inclusivos.

Diante disso, este trabalho de pesquisa mostrou que para o trabalho mediador do professor ele deve primeiramente conhecer seus alunos para saber onde incidirá sua ação. Esse conhecimento, além de uma leitura de laudos, diagnósticos clínicos, diagnósticos multifuncionais, relatórios dos professores anteriores, precisa estar no contato direto com o aluno com Deficiência Intelectual. É um olhar bem, olhar de novo, que assim promova um diálogo com esse aluno, e não sobre o aluno. O professor para a Educação Inclusiva necessita ser “humano” e acreditar primeiramente em sua capacidade de fazer diferente, em sua capacidade criadora e, conseqüentemente, perceber e encontrar maneiras de superação pessoal, social e profissional no trabalho com alunos com Deficiência Intelectual.

O trabalho trouxe à tona também um assunto de certa forma polêmico, que é a questão do professor de apoio e, através dos questionários e do estudo de caso realizado pode-se perceber a importância presente no papel do professor de apoio, bem como a falta de clareza por parte de muitos professores que estão no cargo no que se refere à participação de cada um neste processo de inclusão. Diante disso, ficou evidente que a função exercida por esses profissionais é muito mais ampla do que a definição formal estabelecida na teoria, ou seja, é uma função que exige um exercício contínuo de dedicação, coragem, paciência, empatia e amor pelo que se faz.

É claro que as discussões acerca da Educação Inclusiva, dela com a Matemática e com o Deficiente Intelectual ainda é um mundo novo e, mesmo que eu não tenha conseguido todas as respostas para as perguntas que me motivaram a tratar do tema, pensar de forma mais

aprofundada na Educação Inclusiva, olhar com mais atenção os meus alunos especiais tendo mais empatia me levaram a uma auto-reflexão da minha prática enquanto professora de Matemática de turmas inclusivas. Me fez despertar para a necessidade de ter a humildade de dizer “eu não sei lidar com a situação, eu não sei como flexibilizar, mas estou disposta a aprender”. Mostrou-me o quanto ainda nós como educadores somos falhos e medíocres quando dizemos que atuamos na inclusão, sendo que nos deparamos todo o tempo com situações totalmente excludentes, desumanas e nos comportamos de forma indiferente.

Assim, com tudo que até aqui foi apresentado posso concluir que a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual e a Educação matemática ainda tem um longo caminho a percorrer, ainda há muito a ser discutido e modificado tanto no comportamento dos educadores quanto na jurisdição que norteia o processo, mas este movimento dá os primeiros passos, passos lentos estes ainda, para que o processo de inclusão seja uma realidade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial*. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL, *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 25/04/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 3

CEITA/PPP-Projeto Político Pedagógico. 2018

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO: Jomtien, 1990

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Lei 8069/90. Disponível e: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90>> Acesso em: 25/04/2019.

INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO ENTRE O IDEAL E O REAL. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/inclusao-escolar-um-desafio-entre-o-ideal-e-o-real/2284>> Acesso em: 13/05/2019.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN, nº 9.394/96 de 1996.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DE 1961 -LEI4024/61. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61> Acesso em: 13/05/2019

LEI DE DIRETRIZES E BASE DE 1971 - LEI 5692/71 Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12124418/lei-n-5692-de-11-de-agosto-de-1971> Acesso em: 13/05/2019.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. In: Fala Mestre! Meire Cavalcante. Edição, 182, Mai/2005.

MANTOAN, M. T.; BATISTA, C. A. Deficiência mental. São Paulo: MEC/SEESP, 2007

Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

Ministério da Educação e Cultura. PCN: *Parâmetros Curriculares Nacionais – Introdução*. Brasília, 2001.

MOREIRA, Herivelto. CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PEREIRA NETO, Eloi Alexandre. *A Ambivalência do Papel do Professor de Apoio Permanente em Salas Regulares do Ensino Fundamental*. Universidade Estadual de Londrina. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, Londrina, 2009.

SALOMAO, José. RENE, Vivian. Inc.Soc., Brasília, DF, v.10 n.2, p.17-27, jan./ju

SEDUCE, Diretrizes Operacionais 2016/2017

TARTUCI, Dulcéria. *Professor de Apoio, seu Papel e Sua Atuação na Escolarização de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais em Goiás*. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 08 a 10 novembro de 2011.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo - SP 1991,4ª edição brasileira.

VYGOTSKY LS. Obras completas. Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia. Havana: Editorial Pueblo Y Educación;1989.

VYGOTSKY LS. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes;1984

Apêndices

Apêndice 1

Questionário as professores Regentes

Este questionário é parte de um estudo exploratório sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no que se refere, principalmente, ao ensino da disciplina de matemática para alunos com Deficiência Intelectual (DI). As informações obtidas são de caráter anônimo e confidencial. Agradeço sua colaboração.

Professora Daianne Naier da Silva - Mestranda do PROFMAT/UFG

Endereço de email: _____

Formação: _____

Tempo de serviço na função: _____

Sobre sua vivência com a inclusão

Conte-nos sobre suas experiências com a inclusão.

1- Você já trabalhou com alunos com alguma das deficiências abaixo? Você pode marcar mais de uma opção.

() Deficiência motora

() Deficiência Intelectual

() Cego

() Surdo

() Síndrome de Down

() Autismo

() Síndrome de Asperger

() Outro: _____

2- Você tem conhecimento sobre a Deficiência Intelectual?

() Sim

() Não

3- Se a resposta da questão anterior foi *sim*, escreva no espaço abaixo o seu conhecimento sobre a Deficiência Intelectual.

4- Ao assumir uma sala de aula com um ou mais alunos especiais, você foi informado sobre o tipo de deficiência que o(s) mesmo(s) possuíam?

- sim, fui informado pela coordenadora, mas sem a apresentação do laudo.
- sim, fui informado pela coordenadora - que me passou o laudo.
- sim, mas de maneira informal, por meio dos colegas.
- não recebi nenhum tipo de informação

5- Como julga a experiência de trabalhar em uma turma com alunos da inclusão?

- Ótima
- Muito boa
- Boa
- Ruim
- Péssima
- Ainda não trabalhei com alunos especiais.

6- Você faz adequações no seu planejamento de aula para as salas em que há alunos com deficiência?

- Sempre
- Às vezes
- Nunca
- Não trabalhei com alunos especiais ainda

7- Você, quando tem um ou mais alunos com necessidades especiais em sala, flexibiliza suas avaliações?

- Sempre
- Às vezes
- Nunca
- Não, pois quem avalia esse aluno é o seu professor de apoio

Sobre o professor de apoio

Como tem sido essa parceria?

8- Como você avalia o trabalho desenvolvido pelos professores de apoio com os DI's?

- Ótimo
- Muito bom
- Bom
- Ruim
- Péssimo
- Não trabalhei com professores de apoio em sala porque nunca dei aula para alunos com necessidades especiais

9- Você tem alguma informação sobre o cuidador educacional?

- Sim
- Não

10- Você considera o Intérprete de Libras um professor de apoio?

- sim
- não

11- Como você avalia o desempenho do trabalho realizado pelo professor de apoio a inclusão na sala de aula?

- De maneira positiva, cumprem seu papel
- Não considero que cumpram o seu papel
- Cumprem parcialmente seu papel
- Poderia ser mais efetivo
- São mais cuidadores do que professores de apoio
- Outro: _____

Sobre as leis e decretos que norteiam a inclusão

Como a inclusão está regulamentada?

12- Você conhece as leis e decretos que norteiam a educação inclusiva nas escolas regulares hoje?

- Sim

Não

13- Nas salas com alunos especiais que você trabalhou, o número total de alunos era reduzido, em relação a uma sala comum?

Sim

Não

14- Você já teve alunos com necessidades especiais na sala de aula, sem um professor de apoio?

Sim

Não

Sobre a comunidade escolar

Como a escola percebe/trabalha a inclusão?

15- Você percebe se toda a escola está envolvida na inclusão desses alunos?

Sim, toda a escola está envolvida no processo de inclusão.

Em parte, pois ainda existem alunos, professores e funcionários que não se envolvem

Não, percebo que esta tarefa tem sido apenas do professor regente e do professor de apoio.

Outro: _____

Matemática e Inclusão

Tópico exclusivo para professores que lecionam matemática.

16- Enquanto professor de matemática, em que momento de sua formação, você teve a oportunidade de refletir, aprender sobre a inclusão:

Na graduação

Na especialização

No mestrado (profissional ou acadêmico)

Em cursos de curta duração

Em lugar nenhum

Outro: _____

17- Como você avalia o trabalho dos professores de apoio a inclusão em relação ao ensino da matemática para alunos com deficiência intelectual?

De maneira positiva, cumprem seu papel

- Poderia ser mais efetivo
- Cumprem parcialmente seu papel
- Não considero que cumpram o seu papel

18- Se você marcou uma das duas últimas opções na questão anterior, por favor, justifique-a utilizando o espaço abaixo.

19- Como procedia o professor de apoio quando se deparava com alguma dificuldade em relação ao conteúdo matemático durante as aulas?

- Sempre procurava ajuda para compreender o conteúdo e auxiliar o aluno especial da melhor forma
- Orientava o aluno a procurar ajuda dos colegas
- Orientava o aluno que procurasse o professor regente
- Procurava soluções prontas em fontes como livros e internet para que o aluno apenas copiasse
- Nunca procurava ajuda alegando que o aluno não tinha capacidade para entender o conteúdo
- Outro: _____

20- Por favor utilize o espaço abaixo para responder a seguinte questão: o que penso sobre a inclusão dos alunos com deficiência intelectual e a aprendizagem em matemática?

Apêndice 2

Questionário dos professores de apoio á inclusão

Este questionário é parte de um estudo exploratório sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no que se refere, principalmente, ao ensino da disciplina de matemática para alunos com Deficiência Intelectual (DI). As informações obtidas são de caráter anônimo e confidencial. Agradeço sua colaboração.

Professora Daianne Naier da Silva - Mestranda do PROFMAT/UFG

Endereço de email: _____

Formação: _____

Tempo de serviço na função de professor de apoio: _____

Sobre “ser” um profissional da educação inclusiva

Conte-nos suas experiências

1- Qual alternativa melhor se aproxima do motivo pelo qual você se tornou um professor de apoio?

- Foi uma escolha própria, pois me senti com aptidão para trabalhar com alunos especiais.
- Fui colocado no cargo, porém aos poucos me adaptei ao trabalho na educação inclusiva.
- Não me adaptei a regência de sala de aula
- Era a única função disponível no momento
- Estou em readaptação e/ou próximo à aposentadoria
- Outro: _____

2- Você se considera um profissional realizado nesta função?

- Sim
- Não
- Talvez
- Prefiro não me manifestar sobre isso
- Outro: _____

3- Em que momento de sua vida acadêmica e profissional da educação você se aprimorou em relação a área da inclusão?

- Tive uma disciplina na graduação
- Fiz especialização/cursos na área para atuar na função
- Fiz especialização/cursos na área após assumir esta função
- Curso de formação de pequena duração (entre 20 e 40 horas)
- Não tive nenhuma formação na área da inclusão
- Outro: _____

Sobre a matemática e a inclusão

Vamos pensar essa relação?

4- Você, como professor de apoio, recebeu alguma formação específica para trabalhar matemática com esses alunos?

- Sim
- Não

5- Como é o seu posicionamento em relação ao seu aluno quando você não compreende algum conteúdo de matemática trabalhado em sala pelo professor regente?

- Procuro a ajuda do professor regente.
- Procuro a ajuda de algum aluno da sala
- Oriento o aluno especial que peça ajuda ao professor regente
- Recorro a outras fontes como livros e internet
- Ignoro e trabalho com meu aluno uma atividade compatível com sua limitação
- Outro: _____

6- Como você avalia a contribuição do professor regente de matemática para o seu trabalho?

- Ótima, com muita parceria e ajuda mútua
- Boa, me auxiliava sempre que solicitado na flexibilização de atividades
- Regular, em alguns momentos se mostrou prestativo e outros não
- Péssima, o professor regente deixou claro que o aluno especial era de responsabilidade apenas minha.

A Deficiência Intelectual em foco

O que sabemos? O que fazemos?

7- Você já trabalhou com algum(a) aluno(a) DI?

- Sim

Não

8-Em sua opinião, o professor de matemática tem conhecimento da Deficiência Intelectual?

Sim

Não

9- Você percebe que o professor de matemática flexibiliza suas práticas pedagógicas em função de um aluno com DI na turma?

Sempre

Às vezes

Nunca

Outro: _____

Sobre a comunidade escolar

Como a comunidade percebe a inclusão?

10- Você percebe se a escola está envolvida na inclusão desses alunos?

Sim, toda a escola está envolvida no processo de inclusão.

Talvez , ainda existem alunos,professores e funcionários que não se envolvem

Não, percebo que está tarefa tem sido realizada apenas por nós professores de apoio

Outro: _____

11- Avalie a relação dos professores de apoio com os coordenadores pedagógicos na escola onde você trabalhou ou trabalha como professor de apoio.

Ótima

Muito boa

Boa

Regular

Ruim

Péssima

Sobre sua vivência na inclusão

Partilhe suas experiências

12- Quanto aos alunos especiais, na sua opinião, qual é o objetivo principal pelo qual os mesmo estão no ambiente escolar?

- Aquisição de conhecimento das disciplinas escolares
- Aprender para uma melhoria na qualidade de vida
- Aprendizagem visando o ingresso no mercado de trabalho
- Socialização
- Avançar cognitivamente
- Ingresso na universidade
- Outro: _____

13- Você acredita que um aluno com deficiência intelectual pode aprender?

- Sim
- Não
- Depende de sua condição
- Outro: _____

14- Você já trabalhou com mais de um aluno especial em uma mesma sala?

- Sim
- Não

15- Se respondeu sim à questão anterior, com quantos alunos você trabalhou?

16- Eles possuíam as mesmas deficiências?

- Sim
- Não

17- Você já trabalhou com mais de um aluno especial, porém em salas diferentes mas no mesmo turno, no método de itinerância?

- Sim
- Não

18- Se respondeu sim à questão anterior, com quantos alunos você trabalhou na itinerância?

19- Ainda sobre a itinerância: como você avalia o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos quando utilizado esse método?

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim

20- Nas salas com alunos especiais que você trabalhou, o número total de alunos era reduzido, em relação a uma sala comum?

- Sim
- Não

As leis que regem a educação inclusiva

21- Você como professor de apoio tem conhecimento das leis que norteiam a educação inclusiva hoje?

- Sim
- Superficialmente
- Não
- Outro: _____

22- Na sua opinião, a educação inclusiva que acontece no ambiente escolar é condizente com as leis e decretos que a amparam?

- Sim
- Não

23- Se você marcou “não” na questão anterior, por favor, justifique-a no espaço abaixo.

Anexo

Ilustração Final



Fonte: desconhecida